

Povos do Acre



**História Indígena
da Amazônia Ocidental**

Povos do Acre



História Indígena da Amazônia Ocidental

Rio Branco-Acre
2002

Índice

500 anos de resistência e luta pela vida Éden Magalhães	06
História Nativa do Acre Marcos Vinícius Neves	10
Jamamadi - Gente da mata Tereza Almeida Cruz	16
Kamadani - Um povo reservado Cely Melo de Almeida	18
Apurinã - Valorosos guerreiros, exímios artesãos Edna Dias dos Santos	20
Manchineri - Às margens dos altos rios Dinah Rodrigues Borges	22
Madija - A cultura Madija Fátima Ferreira	24
Ashaninka - Da Cordilheira para a floresta Líbia Luiza dos Santos de Almeida	26
Katukina - A união de muitos povos Dinah Rodrigues Borges	28
Kaxarari - De massacrados a organizados Edna Dias dos Santos	30
Jaminawá - Revitalização cultural Fátima Ferreira	32
Kaxinawá - Sociedade envolvente e resistência cultural Paulo Roberto Nunes Ferreira	34
Shanenawa - Um povo de luta Cely Melo de Almeida	36
Yawanawá - Magia das cores Líbia Luiza dos Santos de Almeida	38
Jaminawa Arara - A união de dois povos Tereza Almeida Cruz	40
Arara - Cosmologia da terra Sérgio Augusto de Albuquerque Gondim	42
Naua - Marca da resistência Lindomar Padilha	44
Poyanawa - Sabedoria e resistência Sérgio Augusto de Albuquerque Gondim	46
Nukini - Em busca da cultura ancestral Paulo Roberto Nunes Ferreira	48
Apolima-Arara - Luta pela garantia de seus direitos Lindomar Padilha	50
Isolados - Uma história de conflitos Maria Rodrigues da Silva	52
O direito à educação diferenciada Manoel Estébio Cavalcante da Cunha	54
III Encontro de Arte e Cultura Indígena do Acre e sul do Amazonas Antonio Pereira Neto	56

Jorge Viana
Governador do Estado

Aníbal Diniz
Assessor de Imprensa

Antonio Alves
Presidente da Fundação Elias Mansour

Simony D'Ávila
Diretora de Comunicação - FEM

Marcos Vinícius Neves
Chefe do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural

Éden Magalhães
Coordenador do Conselho Indigenista
Missionário da Amazônia Ocidental

Edição
Cristina Leite

Capa
Edson Pergentino

Diagramação
Edson Pergentino e Gilberto Lobo

Textos
Antônio Pereira Neto, Cely Melo de Almeida, Dinah Rodrigues Borges, Éden Magalhães, Edna Dias dos Santos, Fátima Ferreira, Líbia Luiza dos Santos Almeida, Lindomar Padilha, Marcos Vinícius Neves, Maria Rodrigues da Silva, Paulo Roberto Nunes Ferreira, Sérgio Augusto de Albuquerque Gondim e Tereza Almeida Cruz

Revisão
Cristina Leite
Danilo de S'Acree
Éden Magalhães
Gilberto Francisco Dalmolin
Tereza Almeida Cruz

Agradecimentos
Comissão Pró-Índio (CPI)
União das Nações Unidas (UNI)
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Conselho Missionário Indígena (COMIN)
Simone Pereira Barroso (DPH-FEM)

Pesquisa Histórica
Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM
Edna Dias dos Santos, Fátima Ferreira
Líbia Luiza dos Santos Almeida,

POVOS DO ACRE
História Indígena da Amazônia Ocidental
é uma publicação da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM)



Apresentação

Conflitos pela posse da terra, eis um dos motivos mais antigos do mundo para justificar as guerras. Não foi por outra razão que milhões de índios foram exterminados pelos invasores que cobiçavam a América. Do mesmo modo, a luta de um exército de seringueiros contra poderosos homens e países há cem anos não possuía outro objetivo senão o de conquistar as terras do Acre para os que nela habitavam. Por isso, ainda hoje, lutam os povos indígenas amazônicos para reconquistarem aquilo que sempre lhes pertenceu por direito de origem: a terra.

Muito já se conseguiu. Até 1980 não havia no estado do Acre nenhuma terra indígena demarcada. Hoje são vinte e oito. Porém, ainda há muita luta pela frente. Pelo menos quinze terras indígenas aguardam a decisão do governo federal para serem definitivamente regularizadas. E dessa decisão dependem milhares de homens, mulheres e crianças. Principalmente porque essas milhares de pessoas são índios e para eles a terra é a mãe que alimenta, a casa que protege, o sonho dos deuses antigos, a origem da cultura e da vida.

Esse é o tema central do III Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, a necessidade da regularização imediata das terras indígenas que faltam. Porque não basta cantar, dançar e honrar os deuses e homens de valor, ainda é preciso lutar. Como é ainda preciso cultivar a certeza de que enquanto houver um povo indígena sem seu direito mais essencial, haverá motivos para lutar.

Esta revista se destina a mostrar ao povo não-índio das cidades acreanas um pouco da história de cada uma das etnias presentes na vasta região da Amazônia ocidental. Afinal de contas, durante muito tempo os índios sofreram com o preconceito que dizia que eles não tinham história, porque não conheciam a escrita. Desconhecíamos nós a imensa importância e beleza das histórias da criação do mundo, contadas pelos velhos pajés, ao pé do fogo. Longas histórias. Temos que achar tempo



Éden Magalhães


Eram mais de cinco milhões de pessoas no Brasil antes da chegada das caravelas de Cabral, em 1500. E se calcula que eram mais de 900 povos diferentes que habitavam estas terras, cada um vivendo a seu modo, em seu território.

Esses povos tinham a sua própria história, seus modos de vida, suas culturas e tradições, sua religião, sua sabedoria. Na primeira carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal dando notícias dessas terras, ele conta que os primeiros encontros com os povos indígenas foram cordiais, cercados de trocas de presentes e de entusiasmo. Mas essa primeira impressão positiva sobre os índios não foi suficiente para anular

a carga de preconceitos dos europeus. Por causa disso, as diferenças culturais passaram a ser vistas como pecados e como costumes primitivos que deveriam ser abandonados.

Até hoje a história que escutamos na escola, na televisão, nos livros, fala do “descobrimento do Brasil”. Descobrir, diz o dicionário, é achar pela primeira vez. Neste caso, foram os índios que descobriram o Brasil, pois seus ancestrais viviam aqui há mais de 40 mil anos. E para os povos que viviam nestas terras, a chegada dos portugueses foi o começo de uma grande invasão e de uma história de dor e sofrimento.

A colonização do Brasil significou, para os povos indígenas, a perda gradual de suas terras, de sua



liberdade e de sua autonomia. O processo de colonização, a escravização e as epidemias trazidas da Europa foram responsáveis por um verdadeiro extermínio de povos e de culturas. Muitos desapareceram, outros fugiram para regiões que não estavam acostumados e perderam seus conhecimentos, acumulados por séculos, enquanto outros povos foram escravizados e submetidos a formas de viver estranhas aos seus costumes.

Em 1975 houve um grande encontro dos povos indígenas, na cidade de Port Alberni, Canadá, e lá eles escreveram esta Declaração Solene:

*“Quando a terra-mãe era nosso alimento,
Quando a noite escura formava o nosso teto,
Quando o céu e a lua eram nossos pais,
Quando todos éramos irmãos e irmãs,
Quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes,
Quando a justiça dirigia a lei e a sua execução,
Aí outras civilizações chegaram!
Com fome de sangue, de ouro, de terra e de todas as riquezas, trazendo numa mão a cruz e na outra a espada, sem conhecer ou querer aprender os costumes de nossos povos, nos classificaram abaixo dos animais, roubaram nossas terras e nos levaram para longe delas, transformando em escravos os filhos do sol.
Entretanto não puderam nos eliminar
Nem nos fazer esquecer o que somos...
E mesmo que nosso universo inteiro seja destruído
Nós viveremos por mais tempo que o*

império da morte!”

A violência praticada contra os povos indígenas nesses 500 anos se repete hoje, de diferentes maneiras: através de invasões de suas terras, das perseguições e assassinatos de suas lideranças, da construção de grandes projetos (hidrelétricas, hidrovias, rodovias, etc.) em suas áreas, do roubo dos recursos da biodiversidade e dos conhecimentos indígenas, do ecoturismo que desrespeita seus espaços de vida. Todas essas formas de violência são estimuladas pelos governos que pregam o desenvolvimento a qualquer preço.

A situação em que vivem os povos indígenas e grande parte da população brasileira, é resultado do modelo de organização da nossa sociedade, baseado na apropriação privada dos recursos e da terra e na exploração do trabalho.

Essa lógica de organização econômica, política e social gera uma profunda desigualdade e leva ao desrespeito dos direitos da pessoa humana. Para os povos indígenas os efeitos são devastadores, a violência se intensifica e a exploração sem limites dos recursos naturais traz repercussões desastrosas para as futuras gerações.

Na história desses 500 anos, marcada pela violência, a maior lição que podemos aprender é a da resistência dos povos indígenas, dos negros, dos movimentos populares. Os povos indígenas não aceitaram passivamente a dominação, a destruição de seus modos de vida, de suas aldeias, de suas famílias e a invasão de suas terras. E por causa da luta pela vida e para defender o que era seu, os povos indígenas foram considerados violentos, bárbaros, vingativos, selvagens.



A terra e seu significado para os

A história do Brasil, desde a sua origem, é marcada pela violência contra os povos indígenas e a principal causa é a questão da terra, essencial para a sobrevivência física e cultural destes povos, mas objeto de cobiça do poder econômico.

Nós, que vivemos em uma sociedade capitalista, vemos a terra como uma mercadoria, ela pode ser comprada, vendida, arrendada. E nesta lógica de mercado, quem acumula terras acumula também poder.

Pensar a terra como mercadoria é estabelecer com ela e com toda a natureza uma relação utilitária: a terra precisa produzir ao máximo, por isso a desmatamos; precisa pro-

duzir alimentos aceitos no mercado, por isso depositamos, ano após ano, agrotóxicos cada vez mais fortes, que desequilibram e agridem o meio ambiente.

Felizmente essa lógica de relacionamento com a terra não é a única existente. Os povos indígenas estabelecem com ela uma interação que não se parece em nada com a lógica capitalista. Para os índios a terra é o lugar de viver, de ser gente, é o espaço onde se reencontra a força dos ancestrais e onde se realizam os rituais e o contato com Deus, que para eles está manifesto em toda a criação. Xicão Xukuru, líder indígena assassinado em 1998 na luta

pela terra, explica: “A gente tem a terra como nossa mãe. Então, se ela é nossa mãe, é ela quem nos dá todo fruto de sobrevivência, e deve ser zelada e preservada, a partir das pedras, das águas e das matas”.

A terra é ocupada pelas comunidades indígenas de maneira comunitária, e sua utilização é definida coletivamente. Geralmente são decididas, em conjunto as áreas destinadas ao plantio das roças, as áreas onde se pode caçar e pescar, e também aquelas que não devem ser utilizadas.

A terra pertence a todos os membros daquela comunidade, e não há títulos de propriedade, nem cercas

para delimitar pedaços. Embora hajam espaços destinados à produção, ao plantio familiar, a utilização daquele espaço físico não confere à família o direito exclusivo de posse e o domínio sobre ele.

A produção é baseada nas necessidades no lucro. A organização social visa assegurar os direitos de todos e não os privilégios de alguns e dessa forma o coletivo prevalece sobre os interesses individuais.

Trechos da carta escrita em 1855 pelo Cacique Seattle, do povo Duwamish, ao presidente dos Estados Unidos, ajudam a compreender melhor esta questão. Esta carta foi escrita depois que o governo americano propôs a compra da terra daquele povo para colonização.

“Como se pode comprar o céu, o calor da terra?”

Tal idéia nos é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água. Como podes então comprá-los de nós?...

Toda esta terra é sagrada para meu povo.

Cada folha reluzente, todas as praias arenosas, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver.

Para ele um torrão de terra é igual ao outro porque ele é um estranho que vem de noite e rouba da terra tudo aquilo quanto necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga e, depois de sugá-la, ele vai embora...

Sua ganância empobrecerá a terra e vai deixar atrás de si os desertos.

Uma coisa sabemos, que o homem branco talvez venha um dia a descobrir: o nosso Deus é o mesmo Deus.

Julgas talvez que O podes possuir da mesma maneira como desejas possuir nossa terra. Mas não podes. Ele é Deus da humanidade inteira. E quer bem igualmente ao índio como ao branco. A terra é amada por Ele. Causar dano à terra é demonstrar desprezo pelo seu Criador...

Nós amamos a terra como um recém-nascido ama o bater do cora-

ção de sua mãe... O nosso Deus é o mesmo Deus e esta terra é querida por Ele”.

A terra para os povos indígenas é o lugar onde se pode ser gente por inteiro, onde se pode viver comunitariamente a cultura, as crenças e tradições.

Uma das mais expressivas vitórias na história recente dos índios no Brasil foi a conquista de um capítulo especial na Constituição Brasileira. O artigo 231, referente aos direitos indígenas, reconhece a posse coletiva das terras, o significado do território para as culturas dos povos. A constituição afirma que as terras indígenas são “inalienáveis e indisponíveis”, ou seja, não podem ser vendidas, não estão a serviço do mercado, mas sim para uso exclusivo dos índios.

A demarcação das terras indígenas é o procedimento legal pelo qual a União determina oficialmente os limites de uma área indígena. É importante dizer o direito dos índios às suas terras não surge com a demarcação. Esse direito foi reconhecido pela Constituição Federal como “originário”, ou seja, como um direito anterior à formação do próprio país.

A demarcação das terras é uma responsabilidade do governo federal, que tem se omitido sistematicamente de cumpri-la. Em 1973 o Estatuto do Índio (Lei 6001) estabeleceu um prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas do Brasil fossem demarcadas. A Constituição de 1988 reafirmou este prazo. No entanto, quase 30 anos se passaram e apenas 35% das terras indígenas têm concluído o procedimento de demarcação. E para agravar esta situação, a maior parte das terras indígenas está nas mãos de ocupantes e invasores.

As reivindicações dos povos indígenas são justas, pois se fundamentam nos direitos que possuem, como cidadãos e como povos diferenciados. E a terra é sua principal reivindicação. Para garantir sua sobrevivência digna e livre, muitas comunidades indígenas têm escolhido como caminho de luta a reconquista de suas terras, através das retomadas. As retomadas acontecem sempre em terras que são indígenas, mas estão

ocupadas por posseiros, fazendeiros, granjeiros, empresas, entre outros.

Muitas vezes os ocupantes das terras indígenas são também vítimas da política fundiária adotada por governos, que lotearam e entregaram para empresas colonizadoras, as terras dos índios. Hoje essas terras são reclamadas pelas comunidades indígenas e são um direito legítimo, mas estão ocupadas por famílias que foram enganadas neste processo.

Na verdade, tanto os índios quanto os pequenos posseiros são vítimas, sofrem e perdem direitos, perdem a dignidade e muitas vezes perdem a vida. Os que incentivam conflitos entre eles e promovem a violência são os que, de fato, lucram com isso. Eles fortalecem seu poder e aumentam a sua riqueza às custas do sofrimento dos outros.

Quando os povos indígenas decidem retomar sua terra, eles estão buscando recuperar a vida, o orgulho de ser índio, a auto-estima da comunidade, não na acumulação de bens. Ao retomar as suas terras, as comunidades estão reafirmando seu projeto histórico de bem viver, de liberdade e de dignidade, como o fazem, também, outros movimentos como o dos sem-terra, o movimento negro e o movimento feminista. São movimentos que reagem contra a dominação, contra a exploração o que buscam coletivamente a vida em abundância.

Na sua vontade corajosa de reconquistar a terra os povos indígenas nos ensinam diferentes caminhos de luta. Caminhos que não se constroem somente com braços e mãos, mas com coragem, com fé, com rituais, articulando passado, presente e futuro, confiando na força dos ancestrais.

Nos caminhos traçados em suas lutas, os povos indígenas questionam a base de toda a política praticada no país, que coloca em segundo plano o bem estar da pessoa humana. Suas lutas questionam a concentração da terra em grandes latifúndios, a privatização dos bens, recursos e conhecimentos produzidos socialmente. Estas são também as reivindicações de todos nós, que lutamos para garantir o bem estar de todas as pessoas.



Cultura do Acre

Os grupos humanos pré-históricos da América passaram a contar com recursos alimentares mais diversificados, graças ao ambiente de florestas tropicais, e lentamente começaram a desenvolver as primeiras experiências de domesticação de plantas e animais. Enquanto na América Central e nos Andes teve início o cultivo do milho e de outras sementes, nas terras baixas da Amazônia ocorriam as primeiras experiências do plantio de raízes - especialmente da mandioca - que se tornariam a base alimentar desses grupos.

Isso marcou o surgimento, por volta de cinco mil anos atrás, do que os pesquisadores chamam de Cultura de Floresta Tropical, caracterizada por grupos que praticavam uma agricultura ainda insipiente, complementada pela caça, pesca e coleta de frutos e sementes da floresta. A partir dessa nova organização social os grupos pré-históricos amazônicos passaram também a fabricar cerâmica e a ocupar certos locais por períodos mais prolongados. Com isso dei-

xaram grandes sítios arqueológicos que testemunham seu florescimento por toda a Amazônia.

No Acre, as pesquisas realizadas pelo Instituto de Arqueologia Brasileira nas décadas de 70 a 90 revelaram a presença de duas grandes tradições ceramistas no estado. A primeira foi identificada nos vales dos rios Purus e Acre e denominada "Tradição Quinari", enquanto que a segunda está situada nos vales dos rios Juruá, Tarauacá e Muru e recebeu o nome de "Tradição Acuriá".

A presença de duas distintas tradições ceramistas nos dois maiores vales acreanos parece indicar que a diferenciação histórica e cultural da população dos vales do Juruá e Purus é mais antiga do que se pensava. Entretanto, nem todos os sítios arqueológicos já localizados no Acre estão classificados numa dessas duas tradições ceramistas, podendo ser identificadas ainda outras tradições pré-históricas na região.

É o caso, por exemplo, dos misteriosos círculos de terra que aguçam a curiosidade dos que sobrevoam a

área onde são mais comuns. Os geoglifos, como vêm sendo ultimamente chamados, são grandes sítios com formas geométricas - círculos, quadrados, hexágonos e diversas outras composições - que variam entre 350 e 150 metros de diâmetro.

Aparecem principalmente em duas áreas: no divisor de águas entre os rios Acre e Xipamanu e no divisor de águas entre os rios Acre e Iquiri. Essa localização revela que os povos que construíram essas misteriosas figuras com terra local, tinham preferência pela ocupação da terra firme em vez de habitarem ao longo das margens dos principais rios da região.

Quanto à razão que levava esses grupos pré-históricos a construir as grandes estruturas de terra - que tanto poderiam servir para defesa, como para a agricultura, ou mesmo para a realização de festas e ritos - ainda não se pode afirmar nada. Porém, uma coisa é certa: não se tratam de sinais deixados por extraterrestres no solo acreano, na linha do "eram os deuses astronautas". Já que a maioria desses sítios apresenta cerâmica arqueológica, o que indica que foram construídos, utilizados e talvez habitados por grupos indígenas pré-históricos.

Apesar de ainda não possuímos dados resultantes da análise do material arqueológico desses sítios, as primeiras informações mostram que os geoglifos parecem guardar algumas relações com ocorrências arqueológicas do Llano de Mojos, região alagável e muito fértil ao norte da Bolívia, onde foram construídos grandes aterros para agricultura durante a pré-história. O que reforça os indícios de contatos prolongados entre as civilizações andinas e os povos da Amazônia ocidental desde muito antes do que se imagina. Mas só a realização de novas pesquisas arqueológicas será capaz de responder essas e outras questões sobre nosso mais distante passado.

Tempo das malocas

Em linhas gerais a ocupação indígena dos altos rios Purus e Juruá correspondia a uma divisão territorial entre dois grandes grupos lingüísticos que apresentavam significativas diferenças. No Purus havia o predomínio, mas não a ex-



Índios Ashaninka com um "patrão" do rio Amônia, Acre, na década de 20

clusividade, de grupos falantes das línguas Aruan e Aruak, do mesmo tronco lingüístico. Já no vale do Juruá havia o predomínio, também não exclusivo, de grupos falantes da língua Pano. Essa divisão territorial por vales entre grupos lingüísticos dominantes parece ter sido semelhante àquela que os arqueólogos detectaram através das tradições Quinari e Acuriá. Mas o registro histórico e lingüístico apontou que além dessa divisão aparentemente simples, havia também grupos falantes da língua Katuquina nos afluentes situados entre o médio Purus e o médio Juruá, ao norte do atual estado do Acre, já em terras do Amazonas. Além disso, havia outros povos de línguas Pano e Takana, ambas do mesmo tronco lingüístico Pano, que se encontravam mais ao sul, no alto curso do rio Acre, no Abunã, no Xipamanu e no Madre de Dios até sua confluência com o rio Madeira.

Para facilitar a compreensão desse quadro, levando em consi-

deração não somente os limites do atual estado do Acre, mas também as áreas imediatamente vizinhas que integram a grande região indígena da Amazônia sul-ocidental, podemos dizer que esses povos indígenas estavam distribuídos em cinco grandes grupos:

1 - No médio curso do rio Purus, hoje estado do Amazonas, habitavam povos de língua Aruan, do tronco Aruak. Grupos pouco aguerridos eram comumente submetidos por outros grupos mais fortes ou se refugiavam na terra firme, espalhando-se por diversos afluentes de ambas as margens do médio Purus. Entre os diferentes grupos dessa região estavam os Jamamadi, os Kamadeni e muitos outros já desaparecidos. Recentes análises de lingüistas atribuem a essa família uma antigüidade de cerca de 2.000 anos.

2 - No alto curso do rio Purus e no baixo rio Acre estavam estabelecidas diversas tribos do tronco lingüístico Aruak. Subindo esses rios, do norte para o sul, habitavam os Apurinã,

os Manchineri, os Kulina, os Canamari, os Piros, os Ashaninka e outros. Na verdade, estes grupos se espalhavam desde a confluência do Pauini com o Purus até a região das encostas orientais dos Andes, desde aproximadamente 5.000 anos atrás. E chama a atenção como puderam se manter por tanto tempo no domínio de uma região tão vasta e tão rica ecologicamente. A pré-história registra que muito antes de resistir ao avanço dos homens brancos sobre suas terras, os Aruak ou Antis, como eram chamados pelos Incas, já haviam resistido com sucesso à chegada dos falantes da língua Pano e a expansão das civilizações andinas.

3 - No alto curso do rio Acre, alto Iquiri, Abunã e outros afluentes do rio Madeira já em território boliviano, havia um enclave de grupos falantes de língua Takana e Pano. Alguns bastante aguerridos, como os temidos Pacaguara, outros mais sociáveis como os Kaxarari que mantinham ativo contato com



os Apurinã, apesar das diferenças lingüísticas e culturais entre os dois grupos. Mesmo pertencendo ao tronco lingüístico Pano, a língua Takana é de origem mais recente, tendo surgido entre 3.000 e 2.000 anos atrás.

4 - Na região intermediária entre o médio curso do Purus e o Juruá, ao norte do Acre, habitavam os falantes da língua Katukina, sobre os quais se tem pouca informação. Algumas características destes grupos apontam para um surgimento relativamente recente, há cerca de 2.000 anos. Esses grupos pouco numerosos ficavam apertados entre os povos Aruak ao leste e os Pano a oeste, restando a eles a exploração das terras firmes, menos ricas em suprimento alimentar que as margens dos grandes rios.

5 - Boa parte do médio e alto curso do rio Juruá, bem como a maior parte de seus afluentes - como o Tarauacá, o Muru, o Envira, o Moa e daí por diante - era dominado por diversos e numerosos grupos de

falantes da língua Pano. Eram Kaxinawá, Jaminawá, Amahuaca, Arara, Rununawá, Xixinawá e muitas outras denominações tribais. Todos fazendo parte de um tronco lingüístico muito antigo, com cerca de 5.000 anos, mas que teria se originado em outra região, invadindo só mais recentemente as terras acreanas. Com seu caráter guerreiro, os Pano conquistaram seu território através da guerra contra tribos de outras línguas, mas também contra grupos do mesmo tronco. Isso explica, em parte, a grande fragmentação que as muitas tribos Pano apresentavam quando finalmente os brancos começaram a chegar na região.

É claro que a simples divisão lingüística dos grupos nativos do Acre nos últimos cinco mil anos esconde a grande variedade de culturas indígenas e a complexa territorialidade estabelecida a partir das alianças e rivalidades tribais. Como entre os Apurinã e os Manchineri, nos rios Purus e Iaco, onde foi estabelecido um amplo território despovoado que servia para evitar contatos e conflitos, já que esses dois grupos Aruak viviam em guerra. Por outro lado, existem registros do estabelecimento de aldeias conjuntas de grupos Aruak e Pano, para resistir ao avanço das ordens religiosas pelo vale do Ucayali a partir do século XVII.

Mesmo com tantas histórias de conflitos, durante os milhares de anos em que as aldeias foram compostas por grandes malocas coletivas, o povo vivia do que lhes dava a floresta e se podia fazer grandes festas por ocasião da colheita estabelecendo um sutil equilíbrio econômico, ecológico e social na região. Ao se iniciar o século XIX, cada grupo familiar ou tribal possuía territórios claramente definidos e os relacionamentos entre esses grupos obedeciam não só às semelhanças étnicas e culturais, mas também às alianças que foram sendo estabelecidas ao longo do tempo.

Algumas informações indicam que havia extensas redes de comércio e comunicação cortando os diversos vales acreanos e por elas chegavam notícias e produtos de áreas longínquas. Chandless, em sua viagem ao rio Aquiri, noticiou que os Apurinã comumente recebiam dos Kaxarari pedras trazidas dos rios Abunã e Madeira para fabricar

lâminas de machado, enquanto que os Manchi-neri já possuíam diversos objetos de metal, provavelmente resultado de comércio feito com peruanos. Outros relatos contam que era possível sair do rio Javari e, utilizando a vasta rede indígena de caminhos e varações, chegar ao vale do rio Madeira depois de uns poucos dias de viagem, em passo de índio é claro!

Por isso, desde os grupos indígenas mais fortes e numerosos que ocupavam as várzeas dos rios até os menores grupos familiares que perambulavam pelas cabeceiras, todos possuíam liberdade e com ela a possibilidade de ser feliz.

Tempo das correrias

Quando, a partir de 1860, começaram a acontecer as primeiras viagens de exploração se constatou, não só a presença indígena, mas a grande riqueza natural dos rios acreanos, despertando a cobiça dos exploradores. Já em 1870 tinha início uma verdadeira corrida do ouro que fez com que em poucos anos os rios acreanos fossem tomados de assalto. Milhares de homens vindos de todas as partes do Brasil e do mundo passaram a subir os rios estabelecendo imensos seringais em suas margens. Era a febre provocada pelo ouro negro, a borracha extraída da seringueira que depois de defumada era exportada para abastecer as indústrias européias e norte-americanas, cada vez mais ávidas por esse produto.

Em 1878 a empresa seringalista alcançava a boca do rio Acre subjugando todo o médio Purus e já em 1880 ultrapassava a linha Cunha Gomes, limite terminal das fronteiras legais brasileiras. Ao mesmo tempo os caucheiros peruanos vindos do sudoeste cortavam a região das cabeceiras do Juruá e do Purus, enquanto que os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale do Madre de Dios e invadiam as terras acreanas pelo sul. Em poucos anos, os povos nativos da região se viram cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos, sem ter para onde fugir ou como resistir a enorme pressão que vinha do capitalismo internacional que dependia da borracha amazônica.

De senhores desta terra os povos nativos da Amazônia sul-ocidental

passaram a ser vistos como obstáculos a exploração da borracha e do caucho na região. Foi quando surgiu a prática das correrias: expedições armadas feitas com o objetivo de matar as lideranças das aldeias, aprisionar homens para o trabalho escravo e obter mulheres que seriam vendidas aos seringueiros. Foi um tempo de terror. São muitos os relatos de correrias quando, depois de queimadas as malocas e mortos os principais guerreiros, os vencedores se divertiam jogando as crianças para cima e aparando-as com a ponta do punhal numa demonstração cruel de habilidade no manejo das armas.

Como se isso não bastasse, junto com os brancos chegaram também muitas doenças contra as quais os índios não possuíam resistência. O sarampo, a gripe, a tuberculose e outras doenças rapidamente se alastraram entre os grupos indígenas da região dizimando aldeias inteiras diante dos pajés que não sabiam como curar aquelas moléstias desconhecidas.

Ainda assim a reação dos diferentes grupos indígenas acreanos a chegada dos não-índios foi tão variada como eram diversificadas as culturas aqui presentes. Uma boa parte das tribos de língua Aruan e Aruak, como os Jamamadi, Apurinã, Manchineri e Ashaninka decidiram colaborar em certa medida com os brancos. Muitos índios tornaram-se remadores, guias, mateiros, seringueiros. Algumas aldeias passaram a se relacionar com seringais negociando os produtos da caça ou de sua lavoura em troca de ferramentas, armas e objetos dos brancos.

Por outro lado, os grupos de língua Pano, em linhas gerais, resistiram à invasão de seus territórios ancestrais, evitando contatos ou relações de qualquer espécie com os brancos. O resultado imediato foi a perseguição e o extermínio de todos os grupos que dificultavam a abertura dos seringais ou a extração do caucho. A perseguição promovida contra os índios foi intensa e certos grupos começaram a esconder sua identidade, como um pequeno grupo de Jaminawá que passou a se dizer Katukina para evitar a perseguição.

Essa dura realidade de confrontos perdurou pelos primeiros trinta anos da ocupação não-índia da região. Entre 1880 e 1910 o ritmo da explo-

ração da região só aumentou levando ao extermínio de inúmeros grupos indígenas. Como os Canamari que desapareceram da grande floresta, ou os Takana que migraram para o sul até a Bolívia para nunca mais retornar ao território acreano, ou ainda os Apurinã que tiveram seus vastos domínios reduzidos a ponto de não possuírem hoje nenhuma terra indígena demarcada no estado do Acre, parte de seu território ancestral.

Tempo do cativo

As conseqüências da febre do ouro negro foram terríveis para os grupos indígenas da Amazônia. Nem o fim do primeiro ciclo da borracha, em 1913, diminuiu a pressão sofrida por esses grupos já tão enfraquecidos. Diante dessa nova realidade, com grandes e poderosos seringais espalhados por todos os principais rios, nunca mais seria possível retomar as antigas formas de organização social. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas, mas a grande maioria dos índios do Acre foi obrigada a se modificar para não desaparecer. Passaram a adotar então o modelo de casa cabocla que o branco utilizava, começaram a depender das ferramentas dos brancos, foram perdendo suas línguas maternas e aprendendo o português ou o espanhol.

Começava assim uma etapa da história dos povos nativos do Acre que se estendeu por um longo período, entre 1910 e 1980. A acentuada queda nos preços internacionais da borracha fez com que ficasse cada vez mais difícil trazer nordestinos para o corte da seringa. O gradativo esvaziamento dos seringais da região levou a necessidade cada vez maior do aproveitamento dos índios como mão de obra. Muitos foram os patrões que reuniram grupos dispersos de diversas etnias para trabalharem em seus seringais. Alguns desses patrões chegaram a ser reconhecidos como amigos dos índios, como Ângelo Ferreira, famoso amansador de índios, que reuniu muitos Kaxinawá, Jaminawá e Kulina, entre outros para trabalhar sob suas ordens. Mas a maioria dos patrões tratava os índios ainda pior do que os seringueiros. Afinal de contas, como não sabiam ler e pouco entendiam da língua dos

brancos, os índios eram enganados no peso da borracha, no preço da mercadoria, na desvalorização de seus produtos, no pagamento da renda anual da estrada de seringa. Com isso os índios acumulavam enormes dívidas com os barracões dos seringais e acabavam se tornando prisioneiros de seus patrões.

Quanto aos pequenos grupos indígenas que conseguiram se refugiar no centro da mata ou nas cabeceiras, os índios “brabos” como ainda são tratados, foram caçados sistematicamente para serem “amansados” e assim poderem ser incorporados à nossa sociedade. Ainda assim, alguns destes grupos conseguiram escapar ao domínio dos não-índios e resistiram ao cerco cada vez mais apertado da nossa civilização, perambulando sempre, sem parar nunca, varando pela região das cabeceiras onde os rios e os brancos não chegam.

Tempo dos direitos

Durante sete décadas de cativo os povos nativos do Acre sofreram uma enorme degradação de suas culturas tradicionais. O peso dos preconceitos da sociedade não-índia, a expropriação de suas terras ancestrais, a falta de políticas de assistência, de educação ou de saúde, levou-os a uma grave condição econômica e social.

Essa situação só começou a mudar a partir de 1976 com a instalação da primeira Ajudância da Funai do Acre e sul do Amazonas. Começava assim uma longa luta pela demarcação das terras ancestrais dos povos nativos do Acre.

Boa parte dessa luta foi empreendida por diversas entidades indígenas não-governamentais, como a CPI, o COMIN e o CIMI, mas principalmente pelas próprias lideranças indígenas que ao mesmo tempo em que adquiriam consciência de seus direitos passaram a buscar a organização de um movimento indígena politicamente articulado. Surgiram, então, em diversas aldeias as primeiras cooperativas que proporcionaram condições objetivas para que as comunidades se libertassem do domínio dos patrões.

Não se deve imaginar que esse processo se deu sem conflitos. Pelo contrário, os patrões que se achavam

com direitos sobre as terras e gentes não estavam dispostos a abrir mão de nada disso. Para complicar ainda mais a situação, o processo de venda dos seringais acreanos para os “paulistas”, que havia sido iniciado no governo Dantas, trouxe para a região grandes empresas com interesses e projetos agropecuários que provocaram a expulsão dos seringueiros de suas terras. Isso resultou em muitas emboscadas, histórias de pistoleiros e jagunços, mortes anunciadas ou não. Mas foi graças ao acirramento dos graves conflitos sociais que se alastraram por toda a região que surgiu a Aliança dos Povos da Floresta - formada por índios, seringueiros e ribeirinhos - que mesmo às custas do sangue de muitos conseguiu barrar o avanço da exploração predatória das florestas acreanas.

Tempo Presente

Felizmente a história da Amazônia Ocidental pode registrar que essa luta, que hoje não é só dos povos nativos mas de boa parte da sociedade acreana, vem obtendo resultados positivos. Atualmente são vinte e oito terras indígenas já demarcadas e asseguradas para os povos nativos da região, mas ainda falta conseguir a regularização de outras quinze terras indígenas. É preciso ter pressa para obter as mínimas condições de sobrevivência para nossas populações ancestrais e a terra é uma dessas

condições essenciais.

Grandes conquistas já foram obtidas. Hoje existe uma educação diferenciada para os povos indígenas que é fruto de um longo e maduro trabalho de muitos indígenas e indigenistas. Hoje existem diversos agentes de saúde indígenas que dão assistência permanente às suas comunidades. Hoje já começam a se colher os primeiros frutos do trabalho dos agentes agro-florestais indígenas que estão incorporando a parte boa da tecnologia a favor de seus parentes. Mas ainda há muito a se conquistar pois o tempo dos direitos esta só começando.

Não deixa de ser muito importante o fato de que no mesmo ano em que a sociedade não-índia comemora o centenário da Revolução Acreana e da criação de um lugar no mundo chamado Acre, aconteça também o III Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, quando todas as etnias dessa milenar região invadem a cidade de Rio Branco para cantar, dançar e anunciar seu direito à vida e à felicidade, tão índios quanto aqueles isolados que ainda perambulam pelas intocadas florestas das cabeceiras.

AQUINO, Txai Terri; Iglesias, Marcelo
Kaxinawá do Rio Jordão: História, Território,
Economia e Desenvolvimento sustentado;
Rio Branco, Comissão Pró-Índio do Acre, 1995

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE (Organizadora)
História Indígena
Rio Branco, Comissão Pró-Índio do Acre, 1996

MEGGERS, Betty
Amazônia: A ilusão de um paraíso
Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP,
1987

PROUS, André
Arqueologia Brasileira
Brasília, Ed. UNB, 1992

DIAS JR, Ondemar; Carvalho, Eliana;
As estruturas de terra da Arqueologia do Acre
Rio de Janeiro, IAB, 1998 (série Arqueo-IAB,
publicações avulsas n.1)

CUNHA, Manuela Carneiro (organizadora)
História dos Índios no Brasil
São Paulo, Cia das Letras: Séc.Mun.de Cultura:
FAPESP, 1998 (2ª ed.)

URBAN, Greg
História da cultura brasileira segundo as línguas
nativas
In: Cunha, Manuela C. (organizadora.), 1998,
págs. 87-102

RENARD-CASEVITZ, France-Marie
História Kampa - Memória Ashaninka
In: Cunha, Manuela C. (organizadora.), 1998,
págs. 197-212

ERIKSON, Philippe
Uma singular pluralidade: a etno-história pano
In: Cunha, Manuela C. (organizadora.), 1998,
págs. 239-252

NIMUENDAJU, Curt
Mapa etno-histórico
Rio de Janeiro, IBGE, 1987

In Cunha, 1992



Índios de diversas etnias (Amahuaca, Ashaninka, Andoa, Conibo, Piro) trabalhadores de um seringal



Família indígena às margens do rio

Gente da mata

Tereza Almeida Cruz

Nos altos rios Purus e Juruá, embrenhados na mata e mergulhados em suas tradições ancestrais, viviam os Jamamadi. Tiveram seu mundo invadido em meados do século XIX pelos exploradores das riquezas da floresta. Ocupavam as vastas terras firmes nas regiões centrais dos rios Cuniuá, Mamoriá, Pauini, Teuni, Inauini, Capana, e Xeruã.

Relatos da época expressam que os Jamamadi, habitantes tradicionais das áreas de refúgio, foram conhecidos como uma nação bastante numerosa, com muitas aldeias, considerados pacíficos agricultores e caçadores. Inicialmente apenas apareciam à beira do Purus para observar o movimento dos não-índios. Não demorou muito, logo foram forçados a trabalhar nos seringais, onde ficavam temporariamente, uma vez que suas famílias permaneciam no centro da mata.

A compreensão dos Jamamadi é muito complexa. Até a década de 1960 figuram em variada literatura com os nomes Yamamadi, Anaman-ti, Anamari, Capaná, Kapinamari, Seweku. A partir dessa mesma década surge uma literatura etnográfica que busca sua autodenominação e

assim surgem as referências aos Deni, Jarawara, Banawá-Jafi, Catanamadi, Yamamindé, Jamamadi.

Com a denominação genérica de Jamamadi ou Yamamadi, que significa “gente da mata”, passaram a ser conhecidas as várias dezenas de grupos Deni que ocupavam basicamente as regiões citadas acima. Já os Jamamadi do município de Boca do Acre/AM, dividem-se em diversos grupos ou tribos com as seguintes denominações: Havadeni, Makoideni, Tamakorideni, Tarozazadeni, Sivakoe-deni, Tanodeni, Zoazoadeni, Anopide-ni, Zomahimadi, Sirorideni e Aporideni.

O povo Jamamadi pertence à família lingüística Arawá, um subgrupo dentro do tronco lingüístico Aruak. Em Boca do Acre, estão distribuídos nas terras indígenas Inauini Teuni e igarapé Capana. Encontram-se também em outras localidades como Maracaju, Lourdes, Iquirema, Goiaba e igarapé Preto. De acordo com um levantamento realizado em 1992, contam com uma população de apenas 268 pessoas. Destes, o grupo mais numeroso é o do igarapé Santo Antônio.

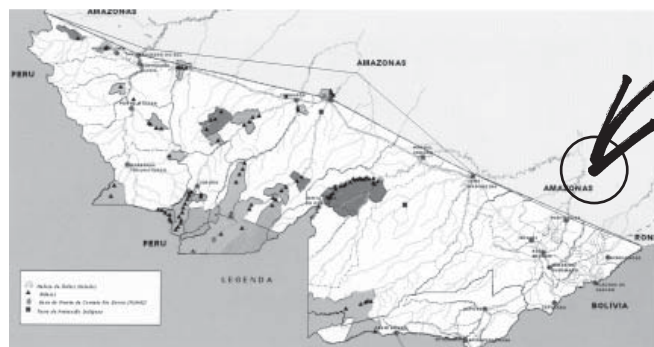
Quando os Jamamadi passaram

a ser conhecidos suas aldeias eram compostas por uma maloca coletiva – *Kupixawa* - na qual habitava uma família extensa. Essas malocas agrupavam em torno de 50 a 70 pessoas, lideradas por um *Baikanã*. Tudo indica que cada maloca abrigava uma parcialidade. Após o contato passaram a residir em casas semelhantes a dos seringueiros.

A base da organização social Jamamadi é o grupo de denominação que tem como elementos configurativos a aldeia, o grupo masculino e as relações de afinidade. Ou seja, o fator determinante para pertencer a um grupo de denominação é dado pela linha paterna. Entre os Jamamadi a regra preferencial de casamentos é entre primos cruzados bilaterais.

As atividades produtivas estão organizadas nas unidades familiares, atualmente representadas pelas famílias nucleares. Assim, cada família possui um roçado. É característica do povo Jamamadi a forte tradição na agricultura de terra firme. As tarefas referentes à agricultura estão relacionadas ao período das festas mais importantes, que culminam com as queimadas, para as quais realizam rituais específicos. Produzem princi-

Jamamadi



palmente mandioca, milho catiana, milho híbrido, banana, tingui, abóbora, inhame, cará, abacaxi, cana e, mais recentemente, passaram a cultivar arroz e feijão.

No tocante aos hábitos alimentares, a caça e a pesca são componentes fundamentais, constituindo-se a base da alimentação desse povo. A pesca pode ser realizada por ambos os sexos. Já a caça é executada apenas pelos homens.

A principal atividade comercial é a extração da castanha do Brasil, atividade que mobiliza os homens durante os meses de janeiro a abril. A criação de gado bovino é uma atividade recentemente introduzida no Goiaba e no Iquirema. Todavia, o gado não serve como alimento, dele retirando apenas o leite para as crianças.

A cultura material Jamamadi é muito rica, tendo sua expressão mais original no grupo dos Sivakoedeni, habitantes do igarapé Santo Antônio. A cerâmica produzida pelas mulheres é muito bem feita. Produzem potes, vasilhas, tigelas, pratos, panelas. Também fazem as buzinas *Huri-Huri* de argila, que servem para emitir sons como forma de comunicação entre eles. Cada nota ou seqüência de tons representa um tipo de aviso. As mulheres produzem ainda cestaria de boa qualidade: paneiros, cestos, peneiras, tapiti, abanos e vassouras. Além do uso doméstico, todos esses produtos têm boa aceitação no mercado, despontando como uma alternativa econômica para essas comunidades.

Em alguns grupos Jamamadi as mulheres trabalham com o algodão, tecem as redes, adornos para o corpo e fios para os enfeites ou para amarrar as flechas. Os homens confeccionam

arcos, flechas e zaraba-tanas, utilizadas, mesmo que raramente, na caça de animais de grande porte e pesca. Produzem canoas de casca de jatobá e gamelas empregadas para colocar a macaxeira ralada. Também são os homens que fazem os adornos de cabeça, braço e cinturas, tendo como matéria-prima a envira ou couro de animais, ornamentos utilizados por eles em festas.

Na cosmovisão Jamamadi, a doença e todo o mal que atinge uma pessoa ou todo o grupo é provocada por alguém, e que ao ser identificado é responsabilizado por isso e algumas vezes morto.

O pajé (*zopinehe*) pode fazer tanto o bem quanto o mal. As epidemias que atingiram e ainda atingem os Jamamadi são consideradas feitiço. Em razão disso houve uma perseguição aos pajés, quando vários foram sacrificados em emboscadas. Isso ajudou na dispersão desse povo, sobretudo dos habitantes da terra indígena igarapé Capana.

Segundo Rangel, a tradição Jamamadi é composta de um conjunto de rituais que tem seu auge nos meses de junho, julho e agosto. Passam esses três meses praticamente em festas ininterruptas. Os moradores da terra indígena Capana já não as têm mais com tanta intensidade, mas no Santo Antônio as festas são intensas nessa época do ano, juntando todas as famílias numa mesma colocação. As festas Jamamadi evocam abundância alimentar.

Outras formas de expressão cultural são os jogos e brincadeiras, tendo um considerável valor dentro dessa sociedade, pois permite dissipar o clima de tensão entre famílias, comemorar e entrosar visitantes e

inclusive favorecer o namoro entre os pretendidos. Essas brincadeiras consistem em jogo de força, onde se opõem homens e mulheres, disputa de objetos, corridas e outras.

Desde o início da década de 1980, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) desenvolve um trabalho de apoio às aldeias Jamamadi do município de Boca do Acre, na linha da educação, saúde, transporte, desenvolvimento sócio-econômico. Uma das atividades econômicas que o CIMI há anos ajuda a organizar é a coleta da castanha e sua respectiva comercialização, em vista das dificuldades que os Jamamadi têm de negociar com os não-índios, pois quase não conhecem dinheiro. Atualmente as comunidades do igarapé Santo Antônio e rio Inauini estão desenvolvendo um projeto de criação de abelhas nativas, também apoiados pelo CIMI e assessorados pelo Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre. O projeto visa criar uma nova alternativa alimentar e econômica na perspectiva de um desenvolvimento sustentável para essas comunidades indígenas. O projeto já está em fase de produção do mel, o que é motivo

-
- RANGEL, Lúcia Helena. *Os Jamamadi e as armadilhas do tempo histórico*. 1994. 188 f Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade de São Paulo.
- PICOLLI, Jacó César. *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na área do Jurúá e Purus*. 1993. 530 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ALMEIDA, M. F. H., GARRAFIEL, D. R. *Relatório de identificação da Área Indígena jamamadi do Rio Inauini e Igarapé Teuini*. Rio Branco, 17 de janeiro/87.
- HECK, E. *Relatório sobre os Jamamadi*. Brasília, fevereiro/1986.
- OLIVEIRA, N. B. *Relatório final de implantação do Projeto de 50 enxames de abelhas sem ferrão (melíponas) em duas comunidades indígenas Jamamadi*. Boca do Acre/AM, 07 de março de 2002.



II Encontro de Cultura Indígena do Acre e Sul do Amazonas, em Rio Branco-AC

Um povo reservado

Cely Melo de Almeida

É muito difícil falar sobre os Kamadeni, pois não encontramos nenhum estudo referente a este povo, que vive isolado numa área localizada entre o médio e o alto rio Mamoriá, desde a margem esquerda do Igarapé Grande na Bacia do Purus. Os Kamadeni ocupam imemorialmente essa área, inclusive resultando numa seleção natural das espécies de cultivo, fazendo com que tenham uma pequena variedade alimentar de origem vegetal, fato este que reforça seu precário estado de saúde.

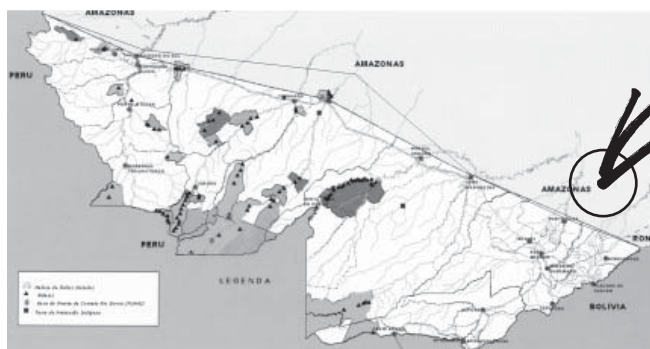
Do pouco que se conhece do povo Kamadeni, sabe-se que se trata

de um subgrupo Deni e faz parte da família lingüística Aruak. Sua população é estimada em 64 pessoas e se distribuem em 14 famílias nucleares.

Organizados em famílias nucleares, os Kamadeni ocupam sítios ao longo de toda extensão de sua terra. Este povo tem como característica o isolamento, pois procuram viver no interior da floresta, ocupando sempre o alto dos igarapés. É um povo reservado, muito observador. Sua cultura material é muito bonita, chama a atenção para a fabricação e uso da *gravatana*, uma arma de sopro, com a qual atiram um tipo

uma flecha com veneno na ponta. Produzem, também, vasos de cerâmica envernizados com resina de jatobá, cestas, paneiro e bolsas muito bonitas. Seu artesanato é levado pela comunidade para a UNI, onde é vendido, e o dinheiro arrecadado é devolvido ou utilizado na compra de objetos que os Kamadeni estão necessitando na aldeia.

Os Kamadeni possuem uma economia de subsistência, embora seja reduzida a variedade de cultivos que desenvolvem, resultando na precariedade alimentar. Na dieta alimentar faz parte também a carne de caça,



OLIVEIRA, Wagner. *Relatório sobre as Delimitações Fundiárias no Médio e Alto Purus: Áreas dos Apurinã e Kamadeni.*

e como ainda é possível encontrar peixes no alto Mamoriá, a pesca mantém-se como uma das atividades praticadas por esse povo.

Trabalham ainda com a extração de madeira, mas são espoliados pelos “azeites” - sujeitos que demonstram ser amigos dos índios, mas na verdade os exploram -, sub-empregando os Kamadeni e, pior ainda, desflorestando suas áreas. Com relação ao extrativismo, hoje em dia os Kamadeni não se dedicam mais ao corte da seringa, no entanto trabalham com a extração de óleos medicinais de copaíba e andiroba, para fins comerciais.

Foto: Fernando Figali



II Encontro de Cultura Indígena do Acre e Sul do Amazonas, em Rio Branco-AC



Festa do Xingané, aldeia Kamicuã

Valorosos guerreiros, exímios artesãos

Edna Dias dos Santos

O povo Apurinã, da família lingüística Aruak, se autodenomina Popingaré ou Kangitê. Suas aldeias são divididas em duas metades matrimoniais: Xoaporuneru e a Metumoãtu. O fator que determina o pertencimento a uma ou outra metade é estabelecido pela linha paterna e expressa no sistema de nomeação. O ideal é que sempre se case um Xoaporuneru com um Metumoãtu.

A organização social do povo Apurinã se dá em pequenos grupos familiares e é deste modo que se distribuem as comunidades. Encontram-se dispersos em 20 terras indígenas em sete municípios do Estado do Amazonas, com uma considerável população de 3.024 índios (FUNAI, 2000). Em Boca do Acre e Pauini, sul do Amazonas são 1.796 habitantes (FUNAI, 2000), distribuídos em dez terras indígenas que na sua maioria já se encontram demarcadas e registradas.

Tal como os demais povos indígenas da região da Amazônia Ocidental, os Apurinã passam a ser contactados pelos não-índios na segunda metade do século XIX, quando a empresa seringalista invade suas terras em busca da borracha.

O processo de ocupação da região do Purus, a partir da década de 1870, forçou os Apurinã a se “tornarem” seringueiros, castanheiros, entre outras ocupações de interesse das frentes extrativistas. Esse engajamento na exploração extrativista desarticulou a organização social própria desse povo. Os que sobreviveram foram forçados a abandonar a cultura Apurinã e até mesmo a língua materna.

Com relação a aspectos próprios da cultura apurinã, convém destacar o papel dos pajés, cujo exercício da função implica em rigoroso processo de preparação. O candidato a pajé deve viver na floresta durante três

meses, longe de sua companheira, e aí encontrar-se com a onça e receber os ensinamentos dos mistérios da vida e da morte. Ainda hoje os velhos pajés ocupam lugar de destaque, pois a eles é atribuído o máximo de qualidades e faculdades. Nas curas de doenças fazem uso da sucção, em rituais sempre precedidos do uso do rapé. A atuação dos pajés no uso dos poderes xamânicos destina-se também a feitiços, os quais, por vezes, resultam em conflitos violentos, em ações de vingança entre famílias ou em confrontos inclusive entre grupos de parentesco consagüíneo..

Outro aspecto particular da cultura apurinã é o *xingané* ou *kenuru* (dança do tucano), ritual tradicional realizado por ocasião de luto e outros motivos, marcado pelo simbolismo guerreiro. Durante a cerimônia, os convidados chegam armados, pintados e enfeitados, enquanto que o grupo local vai ao encontro deles

Apurinã



também armados e devidamente ornamentados. No encontro, os líderes travam uma discussão, cortam sanguiré (sãkira), que significa falar a língua apurinã. Com esse rito apagam-se os conflitos para ressaltar as alianças.

A caiçuma é um elemento essencial nas cerimônias apurinã e está presente em todas as festas. Trata-se de uma bebida feita de macaxeira num processo de fermentação cujo preparo leva dois dias.

Com relação à cultura alimentar, o peixe é o alimento básico. Pescam e caçam para o consumo e criam animais de pequeno e grande porte em escala subsistencial. Cultivam a macaxeira (para a produção de farinha), o arroz, milho e feijão. Complementam sua alimentação com frutos silvestres como piquiá, bacuri, bati, cacau bravo, caju, pupunha, buriti e abacaba, cujo vinho é muito apreciado.

O extrativismo hoje constitui-se em atividade essencial do povo Apurinã, especialmente na coleta da castanha, palhas e sementes de palmeiras com as quais fabricam seus artesanatos. Tradicionalmente utilizam como matéria-prima o endocarpo (caroço) dos frutos e as palhas de palmeiras como tucumã, jarina, inajá, murmuru e açai, para fabricação de artesanatos como adornos de sementes, colares, gargantilhas, pulseiras, brincos e anéis. Utilizam ainda outros recursos naturais como a casca de um arbusto (carrapicho), que após retirada, batida, lavada e posta para secar, transforma-se em um barbante muito resistente usado como fio, denominado de envira, para junção das peças.

Da cultura Apurinã faz parte

também a cestaria. Usando como matéria-prima cipós, malva, ambé, timbó, arumã e fibras de palhas são confeccionados paneiros, peneiras, vassouras, cestos, balaios, tipitis, abanos e chapéus. Dominam também a cerâmica, com produção variada de pratos, panelas, fogareiros e potes de barro.

Convém destaque na cultura desse povo também a arte plumária, especialmente na produção de adornos de cabeça, muito usados em festas. Quanto aos arcos e flechas, estes são produzidos da pupunha brava e suas pontas são de yuata (espécie de taboca).

O artesanato configura-se hoje em uma fonte econômica para esse povo e resgata parte da cultura apurinã, além de envolver toda a família no processo, desde a coleta dos recursos naturais na floresta feita por jovens e adultos do sexo masculino, até o acabamento final sob a responsabilidade das mulheres, sejam crianças, jovens ou adultas.

Atualmente, os Apurinã do Km 45 estão trabalhando com o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE), e União das Nações Indígenas (UNI), com o apoio do Departamento de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Acre (UFAC), na construção e implementação de uma metodologia para um plano de manejo comunitário de produtos florestais não-madeireiros, contribuindo para melhorar a forma de exploração e utilização dos recursos naturais, além de garantir renda para suas famílias e para as gerações futuras.

Encontra-se também em andamento um projeto de revitalização e incentivo ao artesanato da cultura

do povo Apurinã, localizado no Km 124 e na aldeia Kamicuã, que conta com o apoio de 80% dos recursos da comunidade e 20% do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre.

FUNDAÇÃO ELIAS MANSOUR. Arte/cultura Apurinã. Rio Branco AC: 2001, Catálogo de Artesanato 2001.

FUNAI. Administração Executiva Regional de Rio Branco AC. Situação Fundiária das Terras Indígenas do Oeste do Estado do Amazonas, Jurisdicionada a AER/RBR.04/12/2000.

SCHIEL, Juliana. A Aldeia e o Mundo: Tempo e Memória em uma narrativa Apurinã. mimeo.

MANCIN, José Jaime. Relatório sobre a identificação da área a ser ampliada aos limites já demarcados do P.I. Boca do Acre. Brasília: FUNAI, 18/11/1980.



Maria José Apurinã



Participação das mulheres Manchineri no II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, em 2001

Às margens dos altos rios

Dinah Rodrigues Borges

O povo Manchineri, de língua Aruak, habita as margens do rio Purus num ponto entre as bocas dos rios Iaco e Araçá até a foz do rio Curinabá, nos municípios de Sena Madureira e Assis Brasil, contando com uma população de 459 pessoas (ZEE 1999).

Em 1977 a FUNAI identificou e delimitou no Alto Iaco, uma área de terra para os povos Jaminawa e Manchineri, denominando-a Terra Indígena Mamoodate. Em 1985 a Terra Indígena Mamoodate foi demarcada com uma área de 313.647 ha, abrangendo, portanto a margem direita e esquerda do rio Iaco, a partir do igarapé Mamoodate até a fronteira do Brasil com o Peru. É a maior terra indígena do Acre. Porém, não possui produtos naturais de comercialização imediata, tais como seringa, caucho e castanha.

A ausência de produtos para extrativismo tem suscitado uma questão crucial para os índios e para

o órgão indigenista oficial, a FUNAI: que alternativas econômicas os indígenas poderiam se dedicar para garantir renda para aquisição de produtos que atendam suas necessidades básicas. Uma alternativa proposta foi o projeto de cultivo de café. No entanto, esse projeto ou qualquer outro, para ser viabilizado deve levar em conta outros problemas como o da terra indígena compartilhada por dois povos - os Jaminawa e Manchineri -, que além de possuírem culturas diferentes, no passado tinham relações não amistosas entre eles, devido às condições a que foram submetidos durante as “carrerias”. Os segundos são acusados de serem colaboradores nas correrias sofridas pelos primeiros. Evidente que em situações normais esses fatos não vêm à tona, porém, quando estão alcoolizados as mágoas afloram e os conflitos emergem.

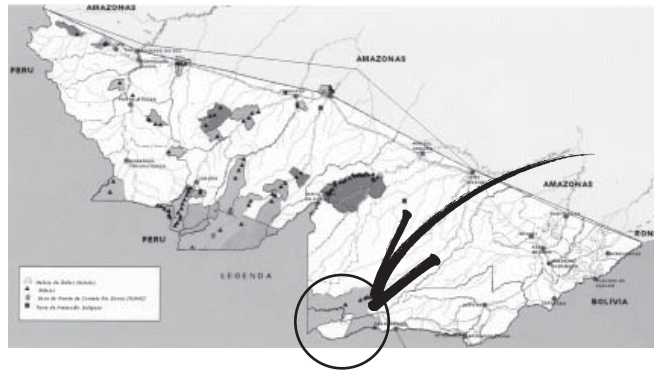
O povo Manchineri caracteriza-

va-se como povo guerreiro, caçador, pescador e eventualmente agricultor. Na sua cultura tradicional confeccionavam e usavam uma espécie de camisolão ou poncho, bastante comprido, em algodão, costurado nas laterais e com abertura para a cabeça e os braços.

Os Manchineri caracterizam-se ainda como povo essencialmente ribeirinho. Vivem em constante deslocamento rio abaixo e rio acima, mesmo tendo suas habitações fixas. Fabricam suas canoas, que são ubás de cedro, caracterizando-se por serem muito compridas, pesadas e feitas com extrema técnica.

As atividades e funções nas comunidades são distribuídas de acordo com o sexo. Existem atividades exercidas exclusivamente pelos homens, tais como cortar a mata, preparar o solo para plantio, confeccionar os instrumentos de trabalho, equipamentos de caça,

Manchineri



pesca, transporte, construir moradia e abrigos para uso familiar, realizar caçadas e pescarias. As atividades de competência das mulheres são conservar os roçados, realizar a maior parte das colheitas, cultivar algodão e algumas ervas medicinais, fabricar as bebidas, tecer e fiar o algodão. Algumas tarefas como confeccionar objetos de cestaria, pescarias coletivas, colheita de produtos agrícolas, coletar frutos, entre outras, constituem tarefas comuns a ambos os sexos.

Quanto aos hábitos alimentares, a caça e a pesca representam a base da dieta alimentar nas comunidades Manchineri. Como instrumento de caça, fazem uso de espingarda e arpão e, por vezes, arco e flecha ou terçados. Na pesca a tarrafa é o instrumento preferido. Geralmente utilizam-se também de anzol, arpão e tingui. Os animais preferidos nas caçadas são a anta, veado, porquinho, caititu, queixada, paca, tatu, macacos e cotia.

Na organização social e política, aos velhos competem as funções de conselheiros, de repassar as tradições, preservar os mitos e exercer funções em cerimoniais. Porém, grande parte das tradições sociais, políticas e religiosas foram abandonadas, já não contam com os tradicionais chefes políticos. Com os novos tempos e o território demarcado, abriu-se a possibilidade de conquistar o reconhecimento, contudo o resgate cultural é um processo lento.

Com a pavimentação da BR-317, os povos da Terra Indígena Mamoadate

vêm a possibilidade do surgimento de problemas, como também conseguem vislumbrar vantagens, facilidades na locomoção.

Para que os problemas, principalmente de invasão, não aconteçam, o governo deve dar condições para que a comunidade possa proteger a terra indígena. A ação do governo em favor dessa população, já prevista, consiste na capacitação e qualificação dos professores e agentes de saúde, melhoria na assistência à produção, instalação de equipamentos de motor com gerador e melhorias nas picadas demarcatórias, garantindo limpeza e manutenção, o que há 20 anos não é feito.

- COUTINHO Jr., W. *Relatório: Áreas de ocupação indígena ainda não regularizadas no Acre e Sul do Amazonas*. Brasília: FUNAI, 2001.
- CRUVINEL, N. V., CARVALHO, J. F. *Relatório de visita aos grupos do alto Purus e alto rio Iaco*. Brasília: FUNAI, 1977.
- MEIRELLES Jr., J. C. R. *Relatório: Os Manchineri e Jaminawa do rio Iaco*. Rio Branco: FUNAI, 1978.
- PICOLLI, J. C. *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na área do Juruá e Purus*. São Paulo: PUC, 1993. 530 p. (Tese Doutorado em Ciências Sociais)
- SANTOS, Isa. M. *Terras Indígenas: Mamoadate, cabeceira do rio Acre e Caeté. Revisão do componente indígena do EIA-RIMA BR-317*. (Brasiléia – Assis Brasil). Rio Branco, 2001.
- SANTOS, I. M., MANCHINERI, S., MANCHINERI, R. *Relatório de viagem a terra indígena Mamoadate*. Rio Branco: FUNAI, 2001.

Foto: Laurenceo Krikati



Pintura corporal



Assembléia Madija, aldeia do Juruá

A cultura Madija

Fátima Ferreira

Em meados do século XIX, os Madija sofreram os primeiros contatos com a civilização branca, causando uma drástica redução desse povo. Os Madija eram um dos grupos mais numerosos da região, que compreende o Acre e sul do Amazonas. Tal processo transformou-os, de moradores tradicionais do interior da floresta em bandos dispersos, passando a viver nas margens dos rios, ora como extratores de látex para a empresa seringalista, ora como agricultores e caçadores para os ribeirinhos.

Os Madija, que no contato receberam a denominação Kulina, têm hoje uma população estimada em 2.500 pessoas, que se localizam nas bacias dos rios Juruá e Purus, na Amazônia Ocidental (Brasil e Peru). São pertencentes ao subgrupo Arawá, da família lingüística Aruak.

A degradação da cultura material

foi evidente, manifestando-se pela substituição do artesanato nativo por objetos introduzidos da cultura envolvente. E assim foram perdendo sua autonomia, pois para adquirir esses objetos alienígenas, precisavam negociar com a única coisa que interessava ao colonizador: a força de trabalho.

Suas casas eram grandes malocas de palha, com duas aberturas (uma a leste e outra a oeste), que abrigavam famílias extensas. Atualmente vivem em casas construídas sobre esteios, nos moldes regionais de habitações dos seringueiros.

Segundo vários autores os Madija são entre os grupos da região, os que mais preservaram sua integridade cultural. Acredita-se que tenham desenvolvido alguma forma de defesa sociocultural, pois ao longo de sua história, guerreavam constantemente

com grupos hostis, como modo de sobrevivência.

A estratégia de sobrevivência é explicada em parte pelas relações que se estabelecem numa aldeia, a partir de *manaco* (trocar ou retribuir). O seu sistema de reciprocidade, segundo a literatura disponível aponta, não pode ser comparado a outra forma de relacionamento que tenham estabelecido com os brancos.

Eles vêm pouco às cidades, só o fazendo em caso de doença ou motivação política. Quando perguntados, afirmam que não desejam viver longe de suas aldeias. Também é raro ouvir falar que um Madija casou-se ou pretende casar-se com uma mulher de outra sociedade.

Esforçam-se pouco ou nada para falar português, sendo raros os jovens que conseguem expressar-se nesta língua, com a exceção dos

Madija



mais velhos, por terem trabalhado para seringueiros na extração da borracha.

Um dos aspectos que os evidencia fortemente para o observador externo é a musicalidade. Qualquer visitante que passa por uma aldeia percebe os cantos, as flautas, a música a qualquer hora do dia.

A questão da doença para os Madija é causada por *dori* (feitiço), que se manifesta na forma de um objeto que entra no corpo da vítima através de inserção mágica, podendo ser uma pequena pedra, um pedaço de pau ou ossos, causando muita dor no corpo do doente. Embora se reconheça hoje em dia que há doenças que não são *dori*, as doenças de branco *dsama coma* (literalmente “terra doente”), seu sistema de crença invariavelmente as atribui ao *dori*, que se não as provoca diretamente, age no sentido de colocar a pessoa num estado tal que ela se torne sucessível a adoecer. Quem lança o *dori* é sempre o *dso-pinejé* (xamã), que nunca age contra alguém de seu próprio grupo. Dessa forma, a doença se deve a um xamã, de um grupo rival na aldeia, ou de gente Madija ou não. Muitos conflitos aconteceram e ainda acontecem, por conta disso, na forma de *manaco* (vingança) entre Madija de localidades diferentes ou outras etnias.

Os homens, bichos e plantas vivem em *nami* (terra), enquanto que os espíritos ocupam o mundo subterrâneo, *nami budi*. Os bichos e animais de caça também vivem em *nami budi*, subindo a terra para

serem caçados pelos homens. O pajé quando bebe *rami* (ayahusca) ou em sonhos, entra em contato com o mundo subterrâneo, visitando as grandes aldeias subterrâneas onde vivem os espíritos que trazem os animais para a superfície, próximos da aldeia.

Um dos rituais mais comuns entre os Madija é o *dossehe* - cerimônia de caça, pesca ou coleta -, que acontece o ano todo, quando um grupo sai de casa em casa, logo pela manhã, mandando os homens irem

buscar alimento, na forma de caça ou pesca.

São caçadores e coletores, possuem uma agricultura de subsistência monopolizada pela macaxeira, banana, mamão e milho, cultivando ainda algodão para tecelagem e o urucum para a pintura corporal. Mais recentemente começaram a plantar

■
SILVA, Abel O. *Madijadenicca ima: histórias dos Kulina*. Rio Branco, 1983. 72 p.

_____. *A cultura material Kulina (Madija)*.

Foto: Fernando Figali



A menina Tanie Kulina



Festa da demarcação da terra, aldeia Apiwtxa, rio Amônia

Da Cordilheira para a flores-

Líbia Luiza dos Santos de Almeida

O povo Ashaninka foi denominado pelos não-índios pelo nome Kampa, termo amplamente utilizado. Porém trata-se de uma denominação não aceita por eles, por considerá-lo um termo pejorativo. Se autodenominam Ashaninka, que na sua língua significa “seres humanos” ou “nossa gente”. Os Ashaninka pertencem ao ramo ocidental da família lingüística Aruak, juntamente com os Piro, Mat-singuenta, Amuesha, Nomatsinguenta, formando o conjunto pré-andino. No Brasil a população Ashaninka é estimada em 813 pessoas, que ocupam uma área aproximada de 341.987 ha no Vale do Juruá, Estado do Acre, distribuída em cinco terras indígenas, sendo que duas são compartilhadas com outros povos indígenas. No município de Feijó, a terra indígena Jaminawá do rio Envira é formada por 52 pessoas, enquanto na terra indígena Kampa e isolados do rio Envira o povo Ashaninka é de 230 habitantes. No município de Tarauacá, na terra indígena Kampa do Igarapé Primavera, a comunidade Ashaninka é de 21 pessoas. Já no mu-

nicípio de Marechal Thaumaturgo, a terra indígena Kampa do rio Amônia reúne a maior população Ashaninka no Brasil, tendo hoje 450 pessoas. Na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do rio Breu a comunidade Ashaninka é de 60 pessoas.

Os Ashaninka vieram do Peru no final do século XIX, trazidos por caucheiros peruanos. Povo reconhecidamente guerreiro, foi incorporado ao sistema seringueiro, forçado a realizar “correrias” contra outros povos indígenas, principalmente de língua Pano, que dificultavam a exploração da seringa na região. Os patrões promoveram o acirramento de brigas com seus inimigos tradicionais, que culminou na dizimação dos Amauaka. Em troca desse serviço recebiam produtos manufaturados, tornando-os dependentes da sociedade envolvente.

Uma característica do povo Ashaninka é a mobilidade, que pode ser impulsionada por questões econômicas (busca de novos patrões), sociais (casamentos e visitas a parentes) e religiosas (morte). No verão, as famílias costumam

viajar dias ou meses para visitar parentes e realizar trocas ritualizadas, chamadas *ayumpari*, ou mesmo para acampar nas praias, para pescar e coletar ovos de tracajá. Por esse motivo são chamados pelos regionais de “povo de arribação”.

O povo Ashaninka se organiza em grupos locais, ligados por relações de parentesco em torno do homem mais velho, compreendendo uma unidade política, podendo chegar a uma aglutinação maior, a chefia. Ao chefe ou *kuraka*, cabem as decisões relacionadas à comunidade. Atualmente essas chefias são mais raras, devido à grande dispersão e deslocamento das famílias.

No Brasil existem comunidades mais sedentárias, como é o caso dos Ashaninka do rio Amônia, que estabeleceram fortes relações com sua terra e com os regionais.

A economia Ashaninka se baseia na agricultura de subsistência, principalmente de mandioca, que é a base de sua alimentação. Porém, cultivam diversas espécies de batata, milho e banana. Também fazem parte de sua

Ashaninka



economia tradicional a caça, a pesca e a coleta de frutas e sementes para confeccionar o artesanato.

A cultura material Ashaninka é um de seus maiores orgulhos, pois apesar do longo período de contato com uma cultura dominante, conseguiram manter grande parte de seu artesanato e, ainda, fazer dele uma de suas principais fontes econômicas. O artesanato Ashaninka obedece ao critério da funcionalidade, podendo ser dividido em indumentárias, equipamentos domésticos, instrumentos musicais e armas, utilizando diversas técnicas e matérias-primas.

Grandes apreciadores de música, os Ashaninka são exímios produtores de instrumentos musicais, como o *piyô-piarentsi* ou arco de boca, tambor e flautas usados para animar o *piarentsi*, que a cada festa vêm reforçar a cultura Ashaninka. O *piarentsi*, segundo a antropóloga Margarete Mendes, permeia todos os aspectos da cosmologia Ashaninka, seja na esfera social, política, econômica e espiritual.

Mesmo sendo um povo festivo, chegando a passar dias bebendo e dançando, os Ashaninka se mostram austeros com os não-índios, principalmente com estrangeiros. Talvez seja uma estratégia para evitar intimidação ou invasão de pessoas que não desfrutavam de confiança ou não conhecem o suficiente. Tornando essa indiferença uma característica bastante notada por estudiosos desse povo, que num primeiro contato enchem os olhos com sua indumentária, e depois sofrem o constrangimento dispensado aos que tentam se aproximar.

O povo Ashaninka do rio Amônia, através da Associação *Apiwtxa*, vem implantando projetos que visam melhorar a qualidade de vida da comu-

nidade e promover o desenvolvimento sustentável na sua região. Como o projeto apresentado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), mais especificamente ao Programa de Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI).

A empresa Tawaya, coordenada pelo físico Fábio Dias, e a Associação *Apiwtxa* conseguiram recursos da Embaixada da Áustria para o projeto de pesquisa de espécies florestais, resultando no inventário da flora da região. Entidades como a UNICAMP, IBAMA e Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (SEFE), do governo do Estado do Acre também tiveram participação nesse projeto.

Em parceria com a organização não-governamental Comissão Pró-Índio do Acre, desenvolvem o Programa de Sistemas Agroflorestais implantado desde 1995, envolvendo toda a comunidade – desde as crianças na formação de agentes agroflorestais indígenas mirins, aos adultos – em trabalhos desenvolvidos pelo agente agroflorestal indígena (AAFI) Wenki Pianko, junto com professores indígenas, que são responsáveis pela formação e organização de trabalhos de pesquisa e manejo florestal. Esse projeto visa ainda reflorestar a área desmatada e manejar o uso dos recursos naturais da terra indígena.

Outro trabalho desenvolvido pela comunidade *Apiwtxa* é o de apicultura – criação e manejo de abelhas sem ferrão, que também consiste em formar grupos de conhecimento da técnica de manejo e produção de mel, para consumo da comunidade. Esse projeto foi financiado pelo MMA desde 1999.

Um projeto ainda em discussão interna – pois implica em impacto sócio-ambiental para a comunidade *Apiwtxa*

– é o da pousada ecológica, elaborado pela Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (SEICT) e aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

IGLESIAS, Marcelo P. *Programa de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre*: Assuntos Indígenas. Rio de Janeiro, 2001. 85 p.

MENDES, Margarete K. *Etnografia preliminar dos Ashaninka da Amazônia brasileira*. Vol I. Campinas, 1991. 143 p.

MONTAGNER, Devair. *Ashaninka: povo de arribação*. (Folder do XXI Moitará, promovido pela FUNAI em comemoração ao Dia do Índio). FUNAI, 2000. Informação verbal adquirida da liderança Ashaninka, Francisco Pianko, em 04 de março de 2002.



Índias Ashaninka do Envira



Marcelo André Katukina, aldeia Samaúma

A união de muitos povos

Dinah Rodrigues Borges

Os povos conhecidos por Katukina, no Estado do Acre, vivem em duas terras indígenas: uma no rio Gregório, compartilhada com o povo Yawanawá, que ocupa a porção sul, e outra no igarapé Campinas, ambas no município de Tarauacá, na fronteira com o município de Ipixuma, Estado do Amazonas. A terra indígena do rio Gregório foi a primeira demarcada no Estado do Acre, em 1983, e homologada definitivamente em 1991, enquanto a terra indígena Campinas foi demarcada em 1984 e homologada em 1993.

Com uma população de 580 pessoas (ZEE, 1999), os povos conhecidos pelos não-índios como Katukina dividem-se em seis clãs: Varinawa (povo do sol), Kamanawa (povo da onça), Satanawa (povo da lontra), Waninawa (povo da pupunha), Nainawa (povo do céu) e Numa-nawa (povo do juriti).

Durante as “correrias” a única alternativa que restou aos Katukina

para saírem da mira dos rifles que lhes eram apontados foi a dispersão. Passaram de caçadores-agricultores a caçadores-coletores, alterando, assim, a base econômica tradicional a fim de garantir a sobrevivência física. Devido aos sucessivos deslocamentos e migrações que empreenderam, são tidos pelos regionais como “povo que não pára quieto”, nômades.

No período subsequente à invasão de seus territórios foram absorvidos pela empresa seringalista, diminuindo os deslocamentos. Porém, o quadro de mobilidade só foi alterado com a conquista da terra.

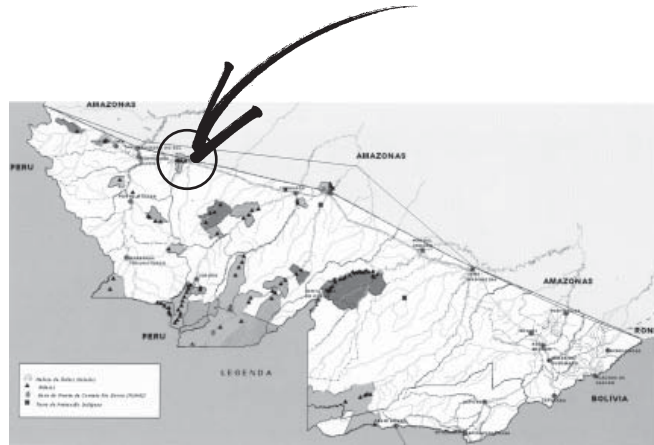
No aspecto econômico, com o processo de demarcação das terras indígenas, os Katukina criaram sua própria cooperativa dedicando-se, inicialmente, à produção da borracha. Com a desvalorização desse produto passaram a plantar milho e arroz para ser comercializado.

Obtêm a maior parte dos itens

que compõem a dieta alimentar da agricultura. É também a agricultura a atividade que absorve maior tempo de trabalho de homens e mulheres. Além dos produtos destinados ao comércio, plantam macaxeira e banana, principais alimentos da dieta Katukina, complementada pela batata-doce, cará, taioba, mamão, abacaxi e cana-de-açúcar.

Os Katukina têm restrições alimentares no tocante à caça. Dentre os mamíferos, comem carne de capivara (*ame*), paca (*ano*), paca-de-rabo (*kestavo*), veado (*txasho*), porquinho (*hono*), queixada (*yawa*) e anta (*awa*), sendo os mais apreciados a queixada e o porquinho pela grande quantidade de gordura que possuem. Os Katukina não comem mambira, tamanduá-bandeira, mucu-ra, preguiça, entre outros, pois são considerados repulsivos, com exceção da preguiça, que não é comestível por não ser considerada um animal, mas um espírito, (*yuxin*). A maior parte

Katukina



dos animais também sofre restrições de consumo associadas ao estado de saúde das pessoas e ao período de gravidez.

A expectativa de cooperação mútua entre homens e mulheres na comunidade é expressa em explicações sobre as partes do corpo em que cada um deve aplicar o veneno de um sapo (*phyllomedusa bicolor*) que chamam de *kampo*, os homens nos braços e peito; as mulheres nas pernas. De acordo com os Katukina, os homens precisam de força nos braços e no peito para caçar e abrir os roçados enquanto que as mulheres precisam de força nas pernas para carregar os paneiros com macaxeira, além dos filhos.

Ao *kampo* é associada propriedade medicinal para acabar com a preguiça e com a panema (falta de sorte na caça) além de curar doenças. Ainda no âmbito da cura, há os rezadores Katukina em cujas sessões destinadas à cura fazem uso do tabaco e rapé, ao contrário de outros povos da região que adotam a ayahuasca.

Os Katukina realizam algumas brincadeiras e jogos tais como brincadeira da cana-de-açúcar, mamão, barro e fogo, que têm a participação de homens e mulheres de todas as idades. Não há data certa para a realização dos jogos, mas eles costumam ser feitos com maior frequência no período do verão, quando o deslocamento das pessoas na aldeia se torna mais fácil.

Na terra indígena do Campinas a comunidade assumiu a educação escolar onde os próprios Katukina

conduzem as atividades escolares assessorados pela Comissão Pró-Índio do Acre. Cada comunidade possui uma escola onde as crianças são alfabetizadas na língua materna e em português. Para garantir uma educação escolar de acordo com os interesses da comunidade, valorizando a cultura do povo, o material didático é confeccionado pelos próprios professores. Assim, as cartilhas utilizadas nas escolas da comunidade são produzidas pelos próprios Katukina.

Há outras iniciativas em parceria com agentes externos e conduzidas pelas comunidades Katukina visando o manejo dos recursos agroflorestais nas terras indígenas do Estado do Acre.

Desde que foi iniciado o asfaltamento da BR-364, aumentando o trânsito de veículos, alguns moradores têm afastado suas casas das margens da rodovia, tentando ficar longe do barulho e do risco de acidentes. O asfaltamento da BR-364 contribui ainda para a vinda dos Katukina da terra indígena do Gregório para o Campinas. Alguns temporariamente, outros se mudan-

LIMA, Edileni Coffaci de. *Katukina: história e organização social de um grupo Pano do alto Juruá*. 1994. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

_____. *Os animais no xaminismo Katukina*. São Paul.

_____. *Os Katukina das Terras Indígenas do Rio Campinas e do Rio Gregório*. (versão preliminar). Revisão do componente indígena do EIARIMA da BR 364. Curitiba, dezembro/2000.

Foto: J. Diaz



Maria Luiza e Maria dos Santos, aldeia Sete Estrelas, rio Gregório



Meninas Kaxarari, aldeia Marmelinho

De massacrados a organizados

Edna Dias dos Santos

O povo Kaxarari pertence à família lingüística Pano. São falantes de sua língua e apenas os homens mais jovens falam o português. Segundo eles, também compreendem vocábulos da língua Kaxinawá. Têm uma população estimada em 200 pessoas e habitam o noroeste de Rondônia, município de Porto Velho e sudeste do Amazonas, no município de Lábrea, na altura do km 100 da BR-364.

O contato da sociedade brasileira com o povo Kaxarari se deu em três períodos distintos: o tempo das “correrias”, considerado o mais violento de todos; o tempo do “cativeiro”, onde se tornam mão-de-obra escrava da empresa de borracha; e o tempo dos “direitos”, que teve início com a instalação da AJACRE (Ajudância da Funai no Acre).

A sociedade regional lhes atribui índole pacífica e tranqüila. Estão vivendo nas terras entre os igarapés Macurenem e seu afluente Calaica

e no Azul, e seus afluentes Barrinha e Maloca, que nomeiam essas duas aldeias. Nos quilômetros 77 e 88 da BR-364, sentido Abunã–Rio Branco, encontramos algumas famílias. O acesso às aldeias é possível caminhando dez horas no varadouro que se inicia no km 198 da BR-364, sentido Rio Branco–Porto Velho, atravessando os seringais Mucambo e Piquiá, até a aldeia da Maloca na margem esquerda do rio Azul.

Com relação à população, há um certo equilíbrio entre os sexos, sendo 69 homens e 60 mulheres. A maioria (60,5%) é constituída de crianças e jovens com menos de 20 anos. Os velhos com mais de 50 anos são parcela mínima, apenas 2,3%, consequência do genocídio a que foram submetidos no período de 1910 aos tempos atuais. A população adulta, de 20 a 50 anos, é relativamente baixa (37,2%).

O povo Kaxarari organiza-se em clãs, na linha de descendência

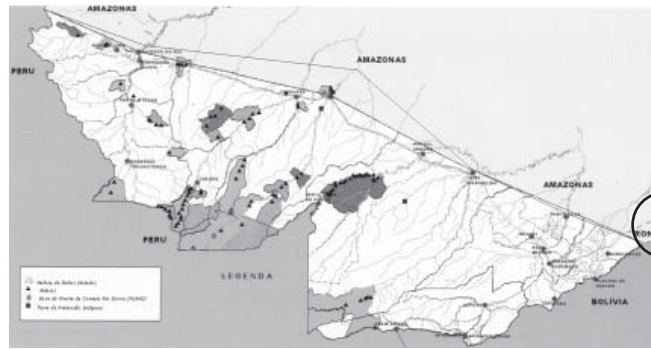
patrilinear, ou seja, cada homem ou mulher pertence sempre ao clã de seu próprio pai. São exogâmicos, não podendo casar dentro do mesmo clã. O casamento é com a filha do *koko* (tio materno ou sogro) ou com a filha da *iáiá* (tia paterna ou sogra), ou seja, o casamento ideal é entre primos cruzados bilaterais, mantendo-se a exogâmia clânica.

A organização familiar entre os Kaxarari tem sua importância não só como uma unidade de produção e consumo, mas principalmente como espaço de transmissão de valores, de sua tradição cultural.

Por volta da metade do ano de 1970, as lideranças Kaxarari do Azul procuraram pela primeira vez a sede da 8ª Delegacia Regional da FUNAI em Porto Velho-RO, para reivindicar a delimitação de suas terras e assistência na área da saúde.

Vivem de seus roçados de subsistência, da caça, da pesca, da coleta de frutas silvestres. Alguns trabalham

Kaxarari



como diaristas ou peões nas fazendas e seringais próximos a suas áreas. No entanto, a principal atividade econômica vem a ser a extração da seringa e coleta da castanha do Brasil.

De sua cultura material os produtos mais comuns são a rede de algodão, cesto de cipó titica (*patxa*), vassouras de cipó titica, bracelete (*metamushi*) de pena de carará (mergulhão) e tucano.

Os Kaxarari já não praticam seus rituais tradicionais, bem como já não vivem mais em habitações tradicionais. Os observadores afirmam que eles estão atravessando uma “desagregação social”, pois além do vínculo lingüístico parece haver pouca manifestação de sua cultura tradicional. A principal técnica de cura dos pajés era a sucção. Atualmente não existem mais pajés entre eles. Faziam muitas comemorações e cantorias de roda. Era comum em suas festas fazerem vestimentas de palha do olho do buriti, enfeites de penas, couros de onça, máscaras e pinturas. Tinha a festa do *buiarri*, que era a festa das frutas, quando todos iam para a mata apanhar ingá, najá, frutas de maçaranduba. Uma de suas brincadeiras era o *bili*, um jogo de bola de caucho, jogado com o joelho, parecido com esse futebol dos cariús (nome que usam para identificar o não-índio).

O *kupá* era uma prática xamânica que, nos dizem, provocava estados alterados de consciência, que dava porre, suava muito, fazia sonhar e curava. Era uma espécie de lavagem feita por um tipo de planta considerado como medicina herbal, hoje

objeto de desejo comercial de poderosas empresas de medicamentos de todo o mundo.

A bebida *kupá*, no princípio era restrita aos homens e ingerida somente pelos mais velhos. Mulheres e crianças não participavam do ritual de abertura dos trabalhos. Curiosamente houve casos de mulheres que atuavam como pajé e ministravam diagnósticos e curas de enfermidades de origem alegada aos espíritos. A cura muitas vezes era ministrada através do sopro de fumaça de tabaco sobre o local ou até mesmo todo o corpo do paciente (*biakintahi*). Quando sob o efeito do *kupá*, o pajé podia ver que tipo de enfermidade ou presença espiritual estava agindo no paciente.

Uma coisa curiosa é que apesar de falarem línguas diferentes - os Apurinã falando Aruak e os Kaxarari falando Pano -, ambos possuíam um deus com o mesmo nome: Tsurá. Comparando as histórias contadas entre esses dois povos, vê-se que é o mesmo Tsurá.

Atualmente estão organizados através da Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari (ACIK), no município de Extrema, em Rondônia, onde participam tanto os homens quanto as mulheres. O povo Kaxarari tem, através de projetos em parceria com instituições não-índigenas, firmado convênios para que a extração da seringa e coleta da castanha sejam comercializados, garantindo uma fonte de recursos financeiros. Esse projeto está sendo desenvolvido com apoio da Secretaria Executiva de Floresta

e Extrativismo (SEFE-AC) e será encaminhado ao Programa de Apoio ao Agroex-trativismo da Amazônia. As mulheres estão sendo envolvidas num projeto de criação de galinhas, visando garantir a complementação alimentar, dada a escassez de caça em suas áreas. O projeto é acompanhado e apoiado financeiramente pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais do Rio de Janeiro- CERIS/RJ.

AQUINO, T. V. “Os Kaxarari”. Relatório de avaliação, CPI-AC, 1985.
GAULIK, P.M.(Pe.) *Relatório Kaxarari*, Mimeo, Prelazia Mullius de Porto Velho, 1975.
NEVES, M. V. As aventuras de Tsurá. In.: História das Margens. *Outras Palavras*
“Relatório de Implantação e Acompanhamento de Atividades realizadas pelo Projeto de Vigilância e Fiscalização da Terra Indígena Kaxarari - 12.2000. Memo Nº 040/PIN Kaxarari/ERA/RBC/00. MACÉDO, A. L. B., chefe substituto do PIN/ERA/RBC. 15/12/2002.
Perícia antropológica. Ação Civil Pública Nº 96.0002121, SILVA, Domingos A. B. Ministério Público Federal - 08.2000.

Foto: Líbia Luiza



Aldeia Marmelinho, município de Lábrea-RO



Manoel Sampaio, aldeia Extrema, rio Caeté

Revitalização cultural

Fátima Ferreira

Na região do médio rio Ucayali, no Peru, habitavam vários grupos da família lingüística Pano. Lá estavam os Xixinawá (gente do quati), Kununawá (gente da orelha-de-pau), Sharanawá, Yawanawá (gente do queixada), Mastanawá (gente do socado), Bashonawa (gente da mucura), Sharanawá (gente povo bom) e Yawanawá (gente do queixada). Esses grupos, que eram conhecidos como grandes guerreiros, realizavam expedições para guerrearem entre si e com outros grupos da região.

Com a chegada dos caucheiros peruanos tiveram o primeiro contato com a sociedade branca, obrigando a formarem um só grupo com a denominação de Jaminawá, e assim dificultando ou mesmo em alguns momentos tornando impossível a convivência, pois as diferenças eram grandes, deixando uma característica

marcante que é a divergência interna. Com a circulação de ferramentas de metal, as redes interétnicas de intercâmbio e a provável disseminação de vírus como o da varíola, provocando epidemias, levaram à morte inúmeras pessoas e até mesmo povos.

Com toda essa pressão o povo Jaminawá foi empurrado para o Juruá, alguns se engajando nas atividades de caucheiro e outros fugindo do contato, onde mais tarde realizaram uma enorme migração para o Moa (o não afluente do Juruá), mas um outro menor, do rio Yaco e outra entre os rios Yaco, Purus e Tahuamanu.

De lá um grupo de mais de cem Jaminawá debilitados por repetidas epidemias se instala no seringal Petrópolis. Informes da FUNAI descrevem uma situação de desorganização do grupo e exploração econômica. É estabelecido nesse ano um posto

indígena, quebrando o monopólio do seringal. Com esse apoio, os Jaminawá se instalam rio acima, na área Mamoadate, que congrega duas aldeias Jaminawá (Betel e Jatobá) e uma Manchineri (Extrema).

Primeiramente recrutados para trabalhar em seringais sob domínio do patrão Estevão Meirelles, e mais tarde tornando-se caçadores para o comércio de pele de animais silvestres, já com o patrão Cariolano. Trabalharam ainda de mateiros florestais, servindo aos patrões nas aberturas de estradas de seringa e varadouros de escoamento de produtos e também como extratores de seringa e caucho. Sempre mantiveram a agricultura de subsistência, servindo até de mão-de-obra nos grandes roçados dos patrões. Exerciam também a função de remadores e varejadores nos barcos dos senhores dos barracões.

Jaminawá



Anos depois mudaram para o seringal Senegal, de onde saíram para a cabeceira do rio Acre, onde já se encontrava morando um grupo de Jaminawá, na época liderado por José Correia, formando a aldeia Ananaia, que se tornou a principal daquela terra indígena.

Essa perambulação deixa claro uma característica marcante desse povo, que é o seminomadismo, revelado nas freqüentes mudanças, e as dispersões de famílias, quase sempre motivadas pelas divergências internas.

No verão, época das praias, costumam realizar passeios para visitarem seus parentes distantes, sem pressa de retornar. Conta-se também o fator cultural, quando da morte de um membro da família nuclear mudam-se a fim de afastar as lembranças do falecido.

A liderança antigamente era um grande caçador, provedor incomum, que tinha o dom da oratória, mantinha várias mulheres, além de ter o poder da persuasão na comunidade, mediando conflitos internos e externos e não temendo forças ocultas. Para isso conhecia as regras de sua tradição. Também não temia tomar o *shori* (ayahuaska), que para eles é um remédio. Acreditam que tomar *shori* traz saúde ao corpo, mas podem também aplicar o bagaço do cipó sob as partes doentes do corpo. O *shori* também tem um lado lúdico, que permite ver ou viajar. Essas sessões são organizadas pelo *koshuit* (pajé), uma espécie de doutor, que

detém o poder sobre a vida, centrando na habilidade matar.

A economia é baseada principalmente no cultivo da macaxeira e banana, na caça e na pesca. Cada família nuclear possui seu roçado, se tornando economicamente autônoma, mas não exclui relações de reciprocidade entre as unidades familiares, pois a carne e o peixe são distribuídos para toda a comunidade.

A cultura material passa por uma revitalização, onde a cerâmica, a tecelagem e a cestaria têm sido os artesanatos mais enfatizados. A arte oral e musical Jaminawá é muito rica, com belos cantos xamânicos conhecidos por poucos. Homens e mulheres têm seus cantos, que descrevem os sentimentos do autor e as peripécias de sua vida.

Desde de 1990, o povo Jaminawá vem passando por um estado de crise. Um fator complexo de difícil explicação até mesmo para os próprios Jaminawá, resultando na vinda de famílias inteiras para as periferias das cidades, principalmente da capital. A realidade da cidade logo se apresenta como uma competição diária para garantir a sobrevivência, fazendo com que passem a viver um tempo diferente e difícil.

Atualmente rumam em direção a uma reestruturação social, política e cultural, processo desencadeado pela necessidade de fazer uma reflexão sobre sua situação. Na assembléia realizada em meados no ano de 2001, reuniram-se todas as comu-

nidades Jaminawá, resultando na criação da Organização das Comunidades Agro-Extrativistas Jaminawá (OCAEJ).

SAEZ, O. C. *O nome e o tempo dos Yaminawa: etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre*. São Paulo: 1995. 269 p.

SOUZA, J. S. *Relatório do levantamento antropológico acerca da situação de mendicância de indígenas da etnia Jaminawá*. Ministério Público Federal. Rio Branco: 1999.

FERREIRA, F. *Levantamento da situação atual dos índios Jaminawá*. Fundação Elias Mansour. Rio Branco: 2001.



Foto: Fernando Figali

Mulher Jaminawá usando adornos característicos



Crianças da aldeia indígena Kaxinawá Alto Purus

Sociedade envolvente e

Paulo Roberto Nunes Ferreira

O povo Kaxinawá ou *Huni Kuin* (*gente verdadeira*) como eles se denominam, vive em terras situadas no Brasil e no Peru. No Brasil, o território do povo Kaxinawá localiza-se no Estado do Acre, nas regiões dos Vales do Purus e Juruá, enquanto que no Peru seu território está localizado a partir do rio Curanja. As comunidades Kaxinawá, no Estado do Acre, estão localizadas em 11 terras indígenas, das quais três são compartilhadas com os Ashaninka, os Shanenawá e os Madijá; distribuídas por cinco municípios correspondendo a uma área de 633.213 ha. Com uma população de aproximadamente 3.964 pessoas, perfazem um percentual de 42% da população indígena do Acre, ou seja, é o povo de maior contingente populacional do Estado. Sua língua pertence à família lingüística Pano, que eles chamam de *hatxa-kuin* (língua verdadeira), cuja riqueza manifesta-se inclusive pela

diversidade musical.

Para os Kaxinawá a terra é de uso coletivo; as famílias, chefiadas pelos homens fazem seus roçados, utilizando os espaços disponíveis para o plantio de forma que toda a comunidade possa utilizá-los. Os trabalhos na aldeia são divididos por sexo e por idade. Há atividades realizadas somente por mulheres, outras exclusivamente por homens, algumas reservadas para os mais jovens, mas há também trabalhos que podem ser realizados por qualquer pessoa da comunidade, de ambos os sexos e de qualquer faixa etária.

Os Kaxinawá possuem uma vasta cultura material que vai desde a tecelagem em algodão, com tingimento natural, até a cerâmica feita em argila com cinzas obtidas de animais, árvores e ainda cacos de outras cerâmicas, onde são impressos os *kenê* (desenhos da cobra), uma espécie de

marca que identifica a cultura material dos Kaxinawá, cujo significado está relacionado à coragem, força, poder e sabedoria. O artesanato se configura como uma das principais fontes de renda das famílias Kaxinawá, devido ao seu belo *design* tem uma grande aceitação no mercado regional e até mesmo nacional.

Na sociedade Kaxinawá, tradicionalmente, há uma organização social que gira em torno de grupos de famílias extensas, com destaque a duas figuras: a liderança e o pajé. A liderança porque tem um poder político de arremeter a comunidade em torno dos interesse da coletividade, e o pajé porque tem o poder espiritual, da cura, de fazer e desfazer feitiços, o poder mágico-religioso.

Embora os pajés tenham sido uma das figuras mais atingidas das sociedades indígenas durante o processo de colonização da Amazônia, a

Kaxinawá



sociedade Kaxinawá ainda os mantém como elemento significativo em sua cultura. Os colonizadores sabiam que extinguindo o poder mágico-religioso e político das sociedades indígenas, minava-se a base da organização social das populações nativas. Todavia, os Kaxinawá resistiram. Mesmo vivendo em uma correlação desfavorável de forças com a sociedade envolvente, sendo vítimas de discriminação e preconceitos, ainda assim mantêm vivos aspectos essenciais de suas tradições, como por exemplo, o ritual xamânico. Na cultura Kaxi-nawá, o xamanismo, propicia a ligação das pessoas com o *yuxin*, que está fora da natureza e fora do humano, é o sobrenatural e o sobre-humano. Através dos poderes do pajé, que vão desde conhecimentos para curar doenças até o contato com o lado espiritual da realidade se estabelece a ligação dos Kaxinawá com a força vital que permeia todos os fenômenos vivos na terra, nas águas e nos céus e que baliza sua cosmovisão.

Além de manter viva sua identidade cultural, os Kaxinawá, através de suas entidades representativas conseguem equilibrar suas relações com a sociedade envolvente. Tanto os do Vale do Juruá, quanto os do Purus possuem associações, que viabilizam projetos que vão desde a produção agrícola, importante para a subsistência das comunidades, até atividades de educação escolar, fundamentais, na medida em que proporcionam o letramento, um importante instrumento de resistência que permite às comunidades indígenas ler os códigos da sociedade

envolvente, além de viabilizar um resgate e revitalização cultural.

Dentre as organizações indígenas há, por exemplo, a ASKARJ (Associação dos Seringueiros Kaxinawás do Rio Jordão) ou a APAMINKTAJ (Associação das Produtoras de Artesanato das Mulheres Trabalhadoras de Tarauacá e Jordão), atuando no interesse das comunidades Kaxinawá. Por meio de associações como essas são firmadas parcerias com organizações não-governamentais indígenas e não-indígenas, tais como a CPI/AC (Comissão Pró Índio do Acre), com projetos na área educacional ou a UNI (União das Nações Indígenas) que no ano de 2001 realizou o 1º Encontro das Artesãs Indígenas do Acre e sul do Amazonas. Outras entidades, como a OXFAM/Inglaterra ou a WWF, viabilizaram projetos no intuito de garantir a utilização racional e preservação de recursos naturais existentes nos territórios indígenas. Outras instituições têm firmado parcerias com o povo Kaxinawá, com destaque para ações na área de produção extrativista, como o BASA (Banco da Amazônia) ou o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social). Há também entre os Kaxinawá e os demais povos a presença da União através da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que concentra seus esforços em processos de identificação e demarcação das terras indígenas.

Os povos indígenas, e nesse caso os Kaxinawá, vivem um constante confronto entre as suas tradições e as imposições da sociedade envolvente; do mundo urbano, ou civi-

lizado, como alguns etnocentristas denominariam, e a realidade dos homens que vivem na floresta e dela tiram seu sustento. Nesse contexto de disputas que perpassam a questão agrária, indo até a cultura desses povos, é que se organizam as lutas pelo respeito ao direito de ser o que se é. O direito de ter direito a ser índio. Os povos da floresta mantêm suas tradições, suas crenças, suas culturas vivas dentro de si, mostrando uma força que nem os mais de 400 anos de colonização e massacre amazônicos foram capazes de romper, fazendo ver e crer que é a partir da afirmação de sua identidade indígena que terão seus direitos e seus anseios assegurados.

PÍCOLLI, Jacó C. *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na área do Juruá e Purus*. São Paulo: 1993. 530 p. Tese Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IGLESIAS, Marcelo P. *Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentável*. Rio Branco AC: 1992.

LAGRO, Elsjé M. *Uma Etnografia da Cultura Kaxinawá: entre a cobra e o inca*. Florianópolis SC: Universidade Federal do Santa Catarinaiana – UFSC, 1991.

Foto: Fernando Figali



Tecelã Kaxinawá



Apresentação cultural dos Shanenawa no II Encontro de Culturas Indígenas, em Rio Branco

Um povo de luta

Cely Melo de Almeida

Quando olhamos o pôr-do-sol em Feijó nos deparamos com uma bela paisagem ao longe, o sol escondendo-se na floresta e a encontrar-se com as águas do rio Envira. Um contraste de cores que só encontramos nessa região. A paisagem torna-se ainda mais bela quando se avista, no outro lado do rio, a comunidade Morada Nova, onde vive o povo indígena Shanenawa. A comunidade está situada na terra indígena Katukina-Kaxinawá, município de Feijó, Estado do Acre, e é compartilhada por dois povos - Shanenawa e uma parcialidade do Kaxinawá.

A terra indígena possui a denominação Katukina-Kaxinawá porque, como de costume, a sociedade dominante havia “identificado” o povo Shanenawa como se fosse Katukina. Nada como dar voz ao outro para que ele se apresente. Deste modo, soube-se que o povo se reconhece

como Shanenawa e se faz identificar como tal. Em sua língua, Shanenawa significa “povo do pássaro azul”. Pertencem à família lingüística Pano, com uma população estimada em 458 pessoas, distribuídos em quatro comunidades: Morada Nova, Cardoso, Paredão e Nova Vida, no município de Feijó.

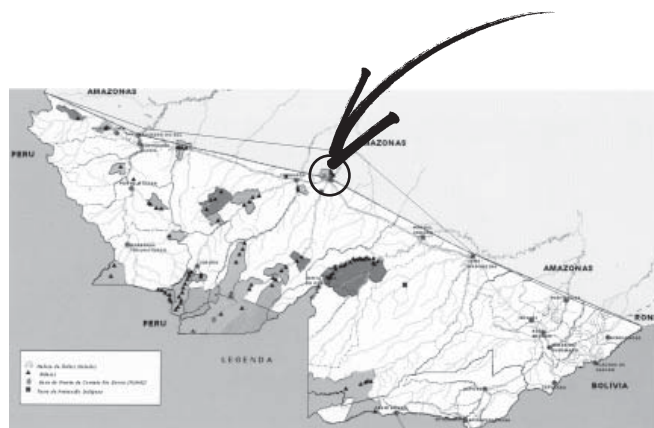
Mesmo tendo sua terra indígena localizada nas margens do rio Envira, os Shanenawa não são originários do local, ainda que digam haver vestígios de sua ocupação em tempos remotos. Sabe-se, no entanto, que migraram para lá vindos da região do alto rio Gregório. Ocupam há algumas décadas o território que abrange o alto do curso do Juruá e Purus no município do Feijó-AC, fazendo fronteira com o Amazonas ao sul. A terra indígena Katukina-Kaxinawá teve o seu processo de regularização como terra indígena iniciado logo

após a instalação da Base Avançada da FUNAI no Acre em 1975.

Na região, as relações entre os Shanenawa e não-índios não ocorrem de forma harmoniosa. Alguns conflitos acontecidos durante a década de 90, ainda estão na memória do povo Shanenawa. Devido a tais acontecimentos, nesse passado recente há ainda um clima pouco amistoso por parte de regionais para com os povos desta região.

Os Shanenawa se organizam por famílias nucleares, compostas de um casal e seus filhos, e filhos de criação. Os filhos fazem parte do clã da mãe, e só podem se casar com indivíduos pertencentes ao mesmo clã. São famílias monogâmicas e todos os indivíduos são nomeados em sua língua materna. Os Shanenawa se identificam através de diversos clãs: Waninawa (povo da pupunha), Varinawa (povo do sol), Kamanawa (povo da onça), Satana-

Shanenawa



wa (povo da ariranha) e Maninawa (povo do céu).

Os Shanenawa, assim como a maioria da população indígena do Estado, possuem uma cultura material bem diversificada. Os homens trabalham na fabricação de arcos, flechas, facas e bordunas usadas tanto para a caça como para venda. As mulheres fazem colares, pulseiras, saias, chapéus, cestas e vasos de cerâmica. A produção é intermediada para fins de comércio pela Associação Shanenawa da Aldeia Morada Nova (ASAMN), favorecendo no processo de distribuição e venda destes produtos.

Os Shanenawa dedicam-se também à economia de subsistência. Seus roçados são feitos em locais devidamente escolhidos, mais altos e bem drenados, onde cultivam macaxeira, milho, banana e arroz, sendo este último em maior quantidade, pois tem objetivo comercial. A criação de animais domésticos constitui em importante fonte de alimentação, já que a caça na região tem se tornado escassa. A pesca também faz parte de seus costumes, embora os peixes também estejam escassos na região. Dentre outras atividades que praticam, há ainda a extração do látex, que recentemente voltou a ser incentivada pelo governo estadual.

Embora seja comum o uso da língua materna na convivência diária, na escola o ensino se dá basicamente em língua portuguesa, muito em

função da presença e concorrência próxima da sociedade não-indígena, cujas escolas aparentemente oferecem melhores chances de acesso a “oportunidades”, entre outras, de um contrato que lhes garanta uma renda mensal. Conseqüentemente provoca transtornos para as escolas das comunidades, que vêm sendo concebidas como espaço de aprendizagem da cultura nacional e também espaço de respeito e valorização da cultura Shanenawa. Esta problemática das escolas afeta, também, a organização sociocultural das comunidades indígenas, uma vez que ao frequentarem a escola na cidade são alvos de um processo de escolarização que ignora sua cultura, sua língua e não garante melhor qualidade em termos instrucionais.

Apesar da presença constante da cidade, da cultura não-indígena, de onde importam costumes urbanos, o povo Shanenawa constitui-se num povo consciente de sua identidade, da importância do saber Shanenawa, um povo que luta para manter sua tradição, sua unidade como povo e a integridade de seu território.

Junto com outras etnias da região do rio Envira formam uma das organizações indígenas mais antigas e atuantes na defesa dos interesses indígenas - a Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE) -, destacando-se pela combatividade e como principal arma contra as forças adversas. Convém destacar, em parte como fruto da atuação desta organização, a presença de um

representante indígena na Câmara de Vereadores de Feijó, que passou pela coordenação da OPIRE e hoje representa os interesses indígenas junto ao poder legislativo do município onde se situa a terra indígena Katukina-Kaxinawá.

PICCOLI, Jacó César. *Revisão do Componente Indígena da pavimentação da BR 364 – trecho Feijó-Tarauacá – Terra Indígena Katukina-Kaxinawá de Feijó*. Rio Branco, janeiro/abril de 2001.

Foto: Tereza Cruz



Evanilde Shanenawa, aldeia Nova Morada



Lançamento do CD “Mariri”, Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco-AC

Magia das cores

Líbia Luiza dos Santos de Almeida

Da família linguística Pano, o povo Yawanawá (gente queixada), habita imemorialmente as margens do alto rio Gregório. Yawanawá é a grafia mais usada, porém, podemos encontrar os termos Yawavo, Jawanaua, Yawanawa, Iawanawa. O povo Yawanawá aglutina membros dos grupos Shawanawa, Iskunawa, Rununawa, Kamanawa, Varinawa, Txashunawa e Sainawa. Essa formação é resultado da dinâmica própria de grupos Pano - de união e desagregação através de casamentos, conflitos e migrações. Entretanto, essa constituição do povo Yawanawá não resulta em uma sistematização por clãs ou sessões.

Em 1984, os Yawanawá conseguiram demarcar sua terra, tornando-se o primeiro povo indígena a conquistar essa regularização no Estado do Acre. Conquista que é fruto de intensa luta de sua atual

liderança, Biraci Brasil Yawanawá, e da pressão do movimento indígena junto à FUNAI. Hoje, a terra indígena do rio Gregório encontra-se devidamente registrada em cartório, com uma extensão de 92.859 ha. No entanto, essa área é dividida com o povo Katukina, que está em processo de mudança para a terra indígena Katukina do Campinas, localizada no mesmo município.

O território do povo Yawanawá está situado no município de Tarauacá, denominado terra indígena do rio Gregório, que atualmente é formado por três aldeias: Nova Esperança, Mutum e Escondido. A região é de difícil acesso devido à baixa navegabilidade dos rios, principalmente no verão.

Atualmente o povo Yawanawá tem uma população estimada em 618 pessoas. Desde 1992, a Nova Esperança se constituiu na principal

aldeia Yawanawá, em virtude do abandono do seringal Kaxinawá, ocupado durante o período de exploração da borracha.

O sistema de parentesco Yawanawá consiste na divisão entre consanguíneos e afins, promovendo o casamento dos filhos da irmã do pai com os do irmão da mãe. Porém, entre os Yawanawá há casamentos interétnicos com regionais. Reflexo dessa relação é o problema sociolinguístico, já que parcela de sua sociedade usualmente fala apenas o português, principalmente os mais jovens. Entretanto, a preocupação com a preservação de sua língua e a cultura de um modo geral, fez com que a comunidade entrasse num processo de revitalização cultural. Atualmente a população Yawanawá domina a língua materna e o português.

As festas têm grande importância

Yawanawá



sociopolítica, porque mantêm as relações internas e externas. O nome dado genericamente às festas é *saiti*, que significa gritar. Destacam-se festas como a da caçuma, denominada *um aki*, que pode prolongar-se por dias e enfoca as relações intertribais.

Suas festas também têm um caráter espiritual, quando bebem o *uni* (ayahuasca), para se comunicarem com os espíritos dos seus ancestrais, a fim de obter ajuda para solucionar problemas. Esse aspecto merece destaque pela sua relevância na constituição e continuidade da cultura Yawanawá, pois a pajelança atende aos pedidos de cura, mas também pode causá-las, como também pode orientar nos procedimentos de guerra, nas fórmulas para uma boa caçada. Para se tornar um pajé é necessário uma rígida preparação, que consiste na realização de provas e resguardos, ingestão de substâncias alucinógenas e aprendizado de cantos.

Os Yawanawá iniciam sua preparação para as festas com admiráveis pinturas corporais, que encantam por sua forma e cores. Possuem refinado padrão estético, que pode ser demonstrado na composição de seu visual.

O domínio das técnicas artesanais está restrito às mulheres mais velhas, por questões sociais resultantes do contato. Dentre a variada produção cultural destacam-se os desenhos

corporais usados no *saiti*, feitos de urucum e genipapo fixados à pele por uma resina. Os homens fazem as armas, como lanças, arcos, flechas e bordunas. Sua produção exige o cumprimento de resguardos. Os artesanatos produzidos pelas mulheres são a cerâmica, cestarias, linhas e desenhos. No entanto, os Yawanawá produzem artesanatos predominantemente para consumo interno.

Sua base alimentar fundamenta-se na caça e na pesca. Nas pescarias também utilizam diversos venenos vegetais, como o tingui e leite de açacu, fazendo os peixes boiarem. No inverno, realizam o ritual da *yuina yunua*, em que as mulheres trocam carne de caça por pamonha. Na agricultura obtêm a complementação da alimentação. Dentre os cultivos mais apreciados estão a mandioca, o milho e a banana, porém plantam também arroz, batata-doce, mamão, abacaxi e cana-de-açúcar.

Tarauacá exerce sobre o povo Yawanawá uma forte atração, devido a razões diversas, tais como sediar o escritório da Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG), e por ser o local onde podem comprar e vender mercadorias, receber benefícios sociais (aposentadorias) e buscar auxílio médico. Com a implantação do posto de saúde e a formação de agentes de saúde indígena pela Comissão Pró-Índio e FUNAI, o deslocamento até a cidade foi reduzido e

a mortalidade também, que somado a alta na taxa de natalidade, resultou em um crescimento demográfico.

Através da OAEYRG, várias parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais foram firmadas, resultando em benefícios infra-estruturais como a implantação do sistema de eletrificação rural a

RODRIGUES, Flávio; BRILHANTE, Marinelson. *Relatório de avaliação do sistema de produção de urucum (bixa orellana) – pupunha (bactris gosipaes) – castanha da amazônia (bertholettia excelsa), praticado pelo povo Yawanawá da Terra Indígena do Rio Gregório, Tarauacá/AC*. Rio Branco AC: UFAC/Parque Zoológico/Projeto Arboreto 2001.
MACEDO, Antônio L. B. *Relatório sócio-econômico: visita a comunidade Yawanawá do rio Gregório*. Rio Branco AC: 1996.
NAVEIRA, Miguel C.; GIL, Laura P. *Povos Indígenas no Brasil: Yawanawá*. Disponível em: <www.socioambiental.org/website/epi/yawanawa/yawanawa.html>, acesso em 14.03.2002.

Foto: J. Diaz



Aldeia Yamanawá, rio Gregório



Esmeralda Moreira Lima, cacique da Aldeia Bom Futuro

A união de dois povos

Tereza Almeida Cruz

Na região do Alto Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo, localiza-se a terra indígena Jaminawa Arara do rio Bajé, com uma extensão de 28.928 hectares, já demarcada e homologada. É habitada pelo povo Jaminawa Arara, distribuído em três aldeias: Buritizal (67 pessoas), São Sebastião (24 pessoas) e Bom Futuro (37 pessoas), perfazendo um total de 128 pessoas. Na aldeia Bom Futuro, inclusive, há um dado pouco comum, pois é liderada há mais de oito anos por uma mulher, a cacique Esmeralda Moreira Lima, provavelmente a única mulher que assume a liderança de uma comunidade indígena no Acre.

O povo Jaminawa Arara pertence à família lingüística Pano. Hoje em

dia, a maioria da população não fala a língua nativa. Somente as pessoas mais velhas sabem a língua tradicional. Os mais novos a entendem e as crianças aprendem apenas o português.

O reconhecimento desse povo e o conseqüente direito a seu território datam do ano de 1978, com o trabalho do antropólogo Anthony Seeger, contratado pela FUNAI, que localizou o grupo de índios formado por descendentes de Jaminawa e Arara, nas cabeceiras dos rios Tejo, Bajé e Humaitá. A partir desse trabalho foi identificada a região como território tradicional dos índios Arara e proposto que se estabelecesse uma reserva.

Infelizmente, nos últimos tem-

pos, têm ocorrido muitas desavenças entre as lideranças desses três grupos. Em decorrência desses desentendimentos, no ano passado, ocorreu uma tentativa de assassinato entre membros de duas aldeias. O lamentável acontecimento fez com que todas as pessoas da aldeia Bom Futuro se mudassem para a terra indígena Jaminawa do igarapé Preto, onde formaram outra aldeia, com receio de vingança do parente que foi ferido. Em função do ocorrido, ficaram apenas dois grupos na terra indígena Jaminawa Arara do rio Bajé, num total de 91 índios.

Representantes da FUNAI e da UNI fizeram reunião nessa terra indígena em julho de 2001, procurando acalmar os ânimos, “pacificar” os

Jaminawa Arara



grupos e incentivando esse povo a manter a riqueza de suas tradições culturais e a se organizarem para melhorar as condições de vida.

Os problemas desse povo têm origem no avanço das frentes extrativistas que provocaram um intenso processo de despopulação e dispersão dos Jaminawa e dos Arara do Vale do Juruá, afetando a sua integridade sócio-cultural. Inclusive, os indivíduos passaram a procurar cônjuges fora do grupo, havendo um grande número de casamentos com regionais e com descendentes dos dois povos entre si. No rio Bajé, o cruzamento interétnico entre os Jaminawa e os Arara foi tão significativo que acabaram constituindo um novo povo: os Jaminawa Arara.

Segundo Heck, a dispersão dessas famílias Jaminawa e Arara, especialmente depois da morte dos velhos líderes Napoleão e Isabel (1969) e Crispim Duque Moreira (1979), jogou esses índios na experiência do individualismo e isolamento do sistema extrativista. Essa experiência marcou profundamente as famílias, levando no momento de reagrupamento a uma solidariedade mais por parentesco do que por povo. Isso dificulta uma reorganização social, cultural, política e econômica.

Os Jaminawa Arara praticam a agricultura de subsistência. Os homens fazem a derrubada da mata e a queimada. As mulheres plantam

e cuidam da roça. Toda a família é envolvida no processo de produção da farinha.

Costumam caçar nos centros e cabeceiras dos igarapés, principalmente no inverno. Durante o verão, quando os peixes são abundantes, é mais comum a pescaria nos lagos e no rio.

Após a criação do subsídio à produção de borracha pelo Governo da Floresta, os Jaminawa Arara estão voltando a cortar seringa, pois o preço está melhorando. Também na Colocação Seringueirinha existe um armazém financiado pelo CNPT-IBAMA, que abastece os índios e não-índios da região que negociam mercadorias com a produção da borracha. Também os Jaminawa Arara da aldeia São Sebastião estão iniciando um trabalho de preparação de árvores de copaíba para a extração de óleo, contando com a assistência técnica do Instituto do Meio Ambiente do Acre.

Atualmente quase não desenvolvem a cultura material, embora saibam fazer arco e flecha, paneiro, jamaxi e artefatos de cerâmica. As casas são construídas de acordo com o estilo regional. As paredes e o assoalho são feitos de paxiúba e a cobertura de palha.

Em relação a outras expressões culturais, já não realizam mais as festas tradicionais, provavelmente

devido à sua dispersão espacial. Antigamente realizavam as “brincadeiras”, usavam a “vacina do sapo” e tomavam *ayuasca* – cipó e folhas, que provoca “visões”.

O povo Jaminawa Arara, mesmo “transfigurado”, resiste ao longo processo de extermínio. Atualmente vivem um processo de retomada de sua organização sociocultural, dificultado pelos constantes conflitos internos, pelos casamentos com regionais e pela dificuldade de acesso à sua terra. Isto faz com que tenham pouca presença das instituições indígenas e do movimento indígena regional. Por tais motivos precisam de mais atenção e apoio para um maior desenvolvimento social, cultural, político e econômico.

MELATTI, Delvair Montagner; FIGUEIREDO, Amilton Gerônimo. *Relatório da viagem realizada a Áreas Indígenas do Município de Cruzeiro do Sul*. Brasília, 24 de junho de 1977.
LEVINHO, José Carlos; et all. *Relatório da Área Indígena Jaminawa*. Rio Branco, 29 de junho de 1984.
PEREIRA NETO, Antônio. *Relatório de viagem à Terra Indígena Jaminawa Arara do Rio Bagé município de Marechal Thaumaturgo-AC*. Rio Branco, 24 de julho de 2001.
HECK, Egon Dionísio; PIVATTO, Gema. *Alto Juruá – Relatório*. Brasília, junho/ 1986
ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio. *Relatório de viagem*. 17/09/85.



Aldeia Boca do Nilo, igarapé Humaitá

Cosmologia da terra

Sérgio Augusto de Albuquerque Gondim

O povo Arara é oriundo da família lingüística Pano. Seu território localiza-se no município de Porto Valter, com uma população de 275 pessoas, numa área delimitada e não demarcada de 86.700 ha. Esse povo se autodenomina Sahwādawa e é conhecido também por Shawanáwa, Xawanaúá, Xawaná-wa, Chauã-nau, Ararapina, Ararawa, Araraná, Ararauá e Tachinauá. Sua organização espacial no interior da terra indígena está distribuída em três aldeias - Raimundo do Vale, Foz do Nilo e Boa Vista -, as quais não formam grandes conglomerados populacionais, devido às residências estarem espalhadas ao longo das margens dos rios e igarapés. Esta forma de ocupação permite maior facilidade para transportar os produtos de primeira necessidade e facilita no deslocamento até as cidades. Além disso, há também a

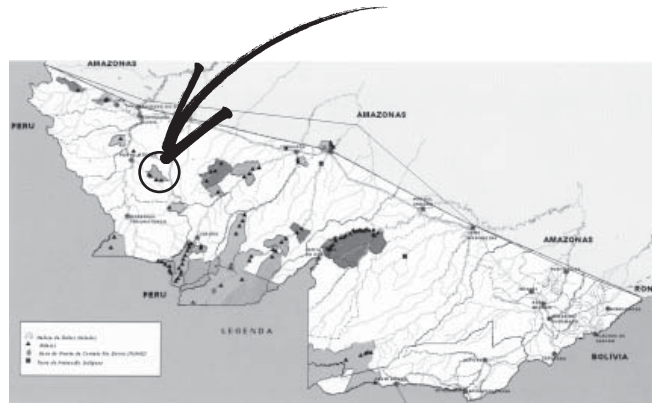
predominância de fatores culturais e produtivos, bem como diferenças entre grupos, levando-os a permanecerem em aldeias distintas. Mais do que isso, tal distribuição espacial favorece as atividades de subsistência, diminuindo as dificuldades para caça, pesca, prática da coleta e agricultura.

Segundo a história oral dos Arara e as fontes históricas sobre o Alto Juruá, o contato entre esse povo e os não-índios só ocorreu no início do século XX. Mais precisamente em 1905, período em que estava sendo aberta uma estrada que iria ligar Cocamera, no Tarauacá, a Cruzeiro do Sul. Foi quando Felizardo Cerqueira e Ângelo Ferreira conseguiram, juntamente com índios Yawanawa, Rununawa e Iskunawa, estabelecer contato com os Arara que estavam localizados na região do igarapé Forquilha, afluente

da margem esquerda do riozinho da Liberdade. Nesse período, os Arara residiam com os índios Rununawa, sendo todos liderados pelo célebre tuxaua Tescon, que era casado com a filha de um tuxaua Arara.

O padre francês Constantino Tastevin esteve no Alto Juruá, depois de 1912, deixando por escrito relatos da região e dos habitantes nativos. Em tais relatos, Tastevin faz uma distinção entre os Arara do Tauari e os do Forquilha, dando a entender que os Arara estavam divididos em mais de um grupo, ou em diferentes aldeias de um mesmo grupo. Tastevin relata, ainda, as constantes guerras intertribais travadas pelos Arara no início do século XX. Sabe-se que os Arara empreendiam migrações ao longo dos rios Tejo, Bajé, Liberdade e Amahuaca (riozinho Cruzeiro do Vale). Desses deslocamentos ocorreu o combate que resultou na

Arara



morte de Tescon, em 1914, devido a um conflito com os Arara. Após a morte de Tescon, ocorreram ainda vários conflitos envolvendo o grupo que era liderado por ele, obrigando, assim, os Arara a migrarem para as proximidades dos rios Bajé, Tejo, Gregório e o riozinho Cruzeiro do Vale.

A história, a lembrança dos antigos, têm muita importância para o povo Arara, e as informações relativas a eles, em geral, estão vinculadas às correrias, às guerras intertribais, ao parentesco, à organização social, aos costumes tradicionais, às práticas de secessão e às migrações do grupo por um vasto território. Nem todos os antigos são Arara, devido às guerras e aos casamentos intertribais que fizeram com que indivíduos de outros povos passassem a fazer parte da Nação Arara.

A região atualmente habitada pelo povo indígena Arara era território dos grupos Pano e Aruak, desde o período pré-cabralino, mas a partir de meados do século XIX, passou a ser ocupada também por exploradores e comerciantes vindos de Belém, Manaus e centros urbanos localizados ao longo do rio Solimões. Entretanto, a exploração e ocupação efetiva da região do Alto Juruá, ocorreu apenas nas duas últimas décadas do século XIX, após vários embates com os grupos indígenas da região. Nesse período, a região foi povoada principalmente por migrantes oriundos do Nordeste brasileiro. Em fins da última década do século XIX, o Alto Juruá já

estava povoado por brasileiros, quando peruanos “caucheiros” ocuparam a região.

Ao longo da segunda metade do século XX, os Arara estiveram sob o jugo dos patrões. No final da década de 1980 ao início da de 1990, muitos Arara migraram para as cidades, principalmente Cruzeiro do Sul, devido às precárias condições de vida na terra indígena. Os longos anos de ocupação por não-índios, fez mudar o antigo padrão de vida dos Arara.

No entanto, mesmo subjugados pelos patrões, a atividade produtiva voltada para a produção da borracha e a dependência do sistema de barracões, os Arara não abandonaram costumes tradicionais como a caça, a pesca, a agricultura e a coleta. Decorrente do processo de colonização, instrumentos novos foram inseridos a essas atividades, como machado, terçado, enxada, espingarda e outros. Com isso, o povo Arara agregou habilidades como o uso de arma de fogo a uma série de conhecimentos tradicionais sobre a floresta e sua fauna, e sobre os modos de como um caçador obter sucesso em sua atividade.

Na produção econômica atual também criam animais destinados ao consumo familiar ou à venda. As atividades de coleta destinam-se à colheita de frutos silvestres para completar alimentação, de produtos medicinais, temperos para os alimentos, óleos vegetais e outros. Cultivam vários tipos de mandioca, milho, banana, mamão, cana-de-

açúcar, inhame, cará, feijão, fava branca, arroz, batata-doce, plantas medicinais e temperos.

Os Arara produzem também artesanato que, antes da dominação imposta pelos não-índios, era confeccionado em grande escala, inclusive utensílios domésticos, adornos e armas de caça e pesca. Alguns produtos artesanais como anéis, pulseiras, colares e bolsas de tecido são comercializados.

Os igarapés Nilo e Grande são de extrema importância para o bem-estar econômico e cultural dos Arara. Seus afluentes e respectivas cabeceiras coincidem com os limites da terra indígena, região onde são exercidas atividades de caça, pesca, coleta e agricultura.

Os rituais Arara possuem um forte vínculo com a cosmologia, mas são principalmente os mitos que retratam melhor os aspectos cosmológicos do grupo. Os mitos, contados principalmente pelos mais velhos, vêm a ser a forma própria de transmissão do saber do povo. A narrativa dos mitos se dá nas línguas Arara ou em português.

A tradição e o saber Arara dependem da preservação da sua terra, que vem sofrendo constantes invasões por regionais, causando conflitos. Por este motivo se faz urgente a demarcação da terra indígena Arara. É a única forma possível de se garantir a liberdade e o direito de viver desse povo.



Festa da comunidade do igarapé Novo Recreio

Marca da resistência

Lindomar Padilha

Povo que habita a margem direita do rio Moa, área considerada pelo decreto 97.839 de 16 de junho de 1989, como pertencente ao Parque Nacional da Serra do Divisor, principalmente no igarapé Novo Recreio. Tem uma população de 280 pessoas com predominância de jovens e crianças.

Os Naua foram tidos como extintos a partir de 1904, quando se teve notícia da última sobrevivente desse povo. Em 1999, o CIMI fez contato com indígenas remanescentes dos Naua e, a partir daí, desencadeou a luta pelo reconhecimento étnico e pela regularização da terra habitada e reivindicada

por eles.

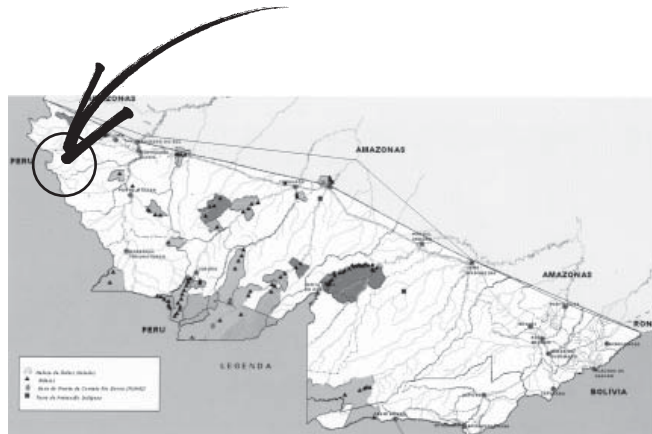
Há um laudo de reconhecimento étnico feito pela Funai que assegura que aquelas pessoas são indígenas Naua. Além do laudo, várias entidades, inclusive o Governo do Acre, já os reconhece como tal. Mesmo assim, a justiça decidiu que deverá ser feita uma perícia técnica antropológica, o que até agora não foi feito. Outro grave problema que esse povo tem enfrentado é a insistência do IBAMA em manter a área como Parque Nacional através da superposição. Os Naua não aceitam a superposição e reafirmam que ali é área indígena e de usufruto exclusivo deles, como determina a

Constituição Federal.

Os Naua são lembrados na região do Juruá como um povo valente e resistente. Seu nome está nas principais logomarcas de produtos e serviços, além de prédios públicos na região. A razão do ressurgimento desse povo está justamente na sua capacidade de resistir.

São falantes da família linguística Pano, mas, entre eles predomina o uso da língua portuguesa, em função de terem sido submetidos a toda sorte de desmandos, torturas e assassinatos ao longo da história. Foram obrigados a negar a sua identidade e se “esconder” junto aos ribeirinhos. A língua materna

Naua



tem sido ensinada nas escolas. No Novo Recreio existem duas escolas com duas professoras indígenas, uma em cada grupo-aldeia.

Declaram-se católicos e não fazem uso da pajelança. A utilização da medicina da floresta existe em forma de benzedeadas - prática exercida pelas pessoas mais velhas, quase sempre mulheres. Nas festas costumam cantar na língua materna e dançar com vestes típicas como saiotos e chapéus, além de usar muitos adornos em plumas e pintura corporal. Na pintura corporal usam o urucum, o jenipapo e, diferentemente dos povos da região, utilizam tinta retirada de uma madeira que dá uma coloração

esverdeada.

A assistência à saúde é oferecida por dois agentes indígenas de saúde, através do convênio entre UNI e FUNASA. Os agentes de saúde possuem um bote comprado pela comunidade, que serve para remover os pacientes até a cidade de Mâncio Lima quando se faz necessário. O salário dos agentes é pago pela prefeitura e se enquadra nos contratos provisórios.

Praticam a agricultura de subsistência, a caça e a pesca. Os produtos excedentes, principalmente a farinha de macaxeira, são comercializados em Mâncio Lima sem que haja um esquema de transporte e comercia-



Foto: Fernando Figlioli

Participação dos Naua no II Encontro de Cultura Indígena, em 2001



Família Poyanáwa

Sabedoria e resistência

Sérgio Augusto de Albuquerque Gondim

Desde fins do século XIX que os territórios indígenas das bacias dos rios Juruá/Purus, ricos em seringa e caucho, foram invadidos e ocupados por caucheiros peruanos, seringalistas e seringueiros brasileiros. Essa ocupação foi rápida e intensa, praticamente transformando toda essa região de seringais nativos em propriedade dos “coronéis da borracha” ou “coronéis de barranco”. É o caso da exploração do rio Moa, iniciada em 1888. Esse rio, afluente do Juruá, consistia no território tradicional do povo Poyanáwa, pertencente à família lingüística Pano. Quatro anos depois, o rio Moa e o seu principal afluente, o rio Azul, foram ocupados pelos invasores não-índios.

Não se sabe ao certo a quantidade de pessoas nativas (indígenas) que viviam nessa região quando foi iniciada a ocupação pelos colonizadores. Esse tipo de informação era desprezado, assim como eram desprezados esses povos e tudo o que

dissesse respeito a eles. Quanto ao povo Poyanáwa, há alguns registros sobre o número de pessoas, principalmente daqueles que eram apreendidos e submetidos ao trabalho forçado nas empresas seringalistas. Por exemplo, daqueles que foram levados para o Seringal Barão do Rio Branco, de propriedade do Cel. Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, para o trabalho escravo, recebendo como pagamento alimentos e roupas. Ou ainda, conforme dados de 1920 e 1927, do Dr. João Braulino de Carvalho, informando da existência de 125 Poyanáwa catequizados no Seringal Barão. Por sua vez, Kietzman informa que em 1908 havia 50 sobreviventes num seringal no rio Moa.

Não há dúvidas que a população Poyanáwa existente durante a ocupação, era bem maior que a daqueles submetidos ao processo de dominação. Sabe-se que houve muita resistência ao processo de “amansamento” e escravização por

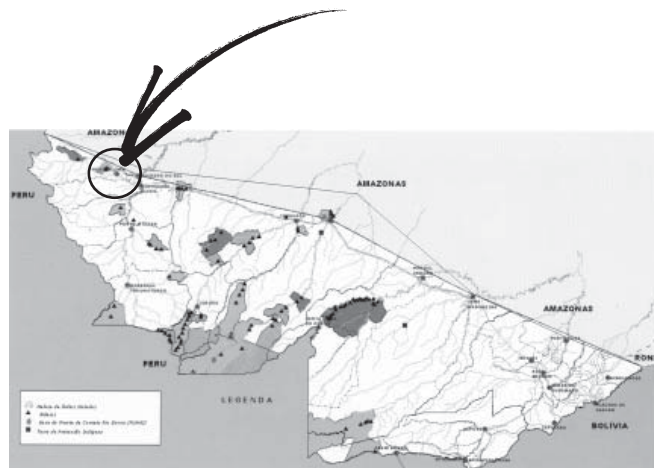
parte dos Poyanáwa, os quais faziam uso de diversos tipos de artifícios para enganar os opressores.

Atitude que facilitou ainda mais o domínio pelos colonizadores extrativistas foi a criação, pelo Governo de Cruzeiro do Sul, em 1914, de uma escola primária onde as crianças e os adultos Poyanáwa recebiam instrução. As informações destacam a facilidade com que adquiriam o conhecimento dos “civilizados”.

Apesar de todas as mazelas impostas pelos colonizadores, os Poyanáwa dão verdadeiras lições de valores humanos aos ditos “civilizados”. Destacam-se pela simpatia, são alegres e comunicativos. Das mazelas, restou o processo avançado de aculturação, com fortes traços de miscigenação entre os Poyanáwa e a sociedade envolvente.

Segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), realizado pelo Estado do Acre em 1999, a população Poyanáwa é de 403 pessoas

Poyanáwa



vivendo numa área de 21.214 ha.

Dentre o que foi descrito da cultura Poyanáwa, com relação à medicina, Pe. Tastevin relata que “uma pessoa febril se tratava por meios de banhos frios e quentes, que quando gripados tinham péssimas conseqüências. Também usavam bebera-gens preparadas com folhas diversas, suadouros e emplastos feitos com essas mesmas folhas”.

Ainda no tocante aos registros sobre a cultura Poyanáwa, quanto à produção de utensílios de cerâmica, o Dr. Braulino Carvalho observou que os Poyanáwa tinham “uns vasos bem elegantes, pintados de preto e vermelho, com vários desenhos, principalmente gregos, e que aplicavam, como os demais índios, confecções de urucum e de jenipapo, além de folhas de um arbusto a que chamam de anuem”.

Os objetos de cerâmica além de terem uma função doméstica, eram utilizados para fins religiosos. Segundo o Pe. Tastevin, os Poyanáwa calcinavam os ossos dos seus mortos para misturar as cinzas a um caldo (cajúma) de milho e amendoim. Acreditavam que com isso estariam adquirindo as virtudes dos seus mortos.

Nos tempos atuais, a subsistência dos Poyanáwa tem base forte na agricultura. Cada família nuclear possui sua roça, produzindo principalmente para o consumo familiar. Plantam mandioca (maniva) e milho

duro consorciados; feijão peruano, mudubim branco de sete semanas e arigó, também consorciados com mandioca; arroz, banana e cana-de-açúcar são cultivados isoladamente. Dada a influência da sociedade regional, também são cultivados alguns pés de café.

Integrados à economia regional, vendem farinha, galinha, ovos e porcos conforme o sistema de comércio da região, ou seja, a intermediários de Cruzeiro do Sul ou dos povoados próximos da comunidade Poyanáwa, adquirindo, em contra-partida, roupas, sal e outros produtos.

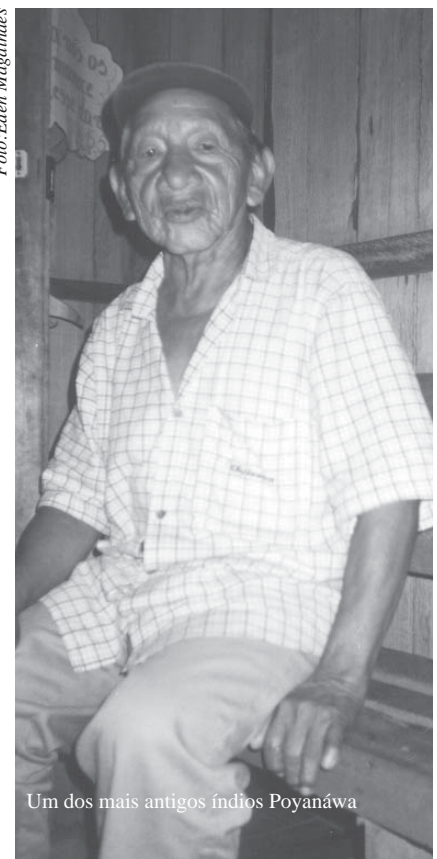
Ainda com relação ao comércio, a seringa continua sendo um produto comercializado na região. A pesca já não se constitui uma fonte perene de alimentação, assim como a caça, que conforme informações, desde a década de 1970 já era quase inexistente. Além disso, ainda persiste entre os Poyanáwa atividades remanescentes de sua cultura ancestral, com vistas a manter o seu bem viver, percorrendo a pé as mais variadas direções e localidades para conseguirem caça, água, frutos silvestres, matéria-prima para o seu reduzidíssimo artesanato, barro para cerâmica, taboca para hastes das flechas, etc.

No tocante à organização social e política, em se tratando de lideranças, já não existe nenhum líder religioso ou político nos moldes

tradicionais, tal como antigamente, conforme relatam os mais velhos. Destaca-se na organização política a Associação Agroextrativista Poyanáwa Barão do Ipiranga (AAPBI), criada em 1998 para apoiar as lideranças e também para que a comunidade tivesse acesso a benefícios por meio de projetos com financiamento externo.

LIMA, J. F. (KIXI). Entrevista feita no II Encontro de Culturas Indígenas. Rio Branco-AC, 20/04/2001.
TASTEVIN, C.. *O Riozinho da Liberdade*. Tefé, 24/11/1924.
FUNAI. *Relatório da Viagem Realizada a Áreas Indígenas*. Cruzeiro do Sul-AC, 03/13/1977.

Foto: Eden Magalhães



Um dos mais antigos índios Poyanáwa



Preparação da farinha numa aldeia Nukini

Em busca da cultura ancestral

Paulo Roberto Nunes Ferreira

Tradicionalmente a nação Nukini situava-se, no Brasil, na região da Serra do Moa, e no Peru, No Vale do Ucayali. Segundo estudos, o povo Nukini foi contactado pela primeira vez, no Brasil, em 1904. Já com os caucheiros peruanos o contato ocorreu entre fins do século XIX e princípio do XX. O contato com os peruanos, conforme relatórios da FUNAI, foi muito violento, porque muitos Nukini foram obrigados a realizar trabalhos forçados na exploração do caucho. A resistência, a recusa à submissão, resultaram em um número acentuado de indígenas assassinados. No Brasil a realidade não foi distinta. Os Nukini passaram por situações de extrema violência. Viviam sob “condições-limite” de subserviência, até mesmo as moças mais jovens das aldeias eram violentadas por patrões seringalistas

da região.

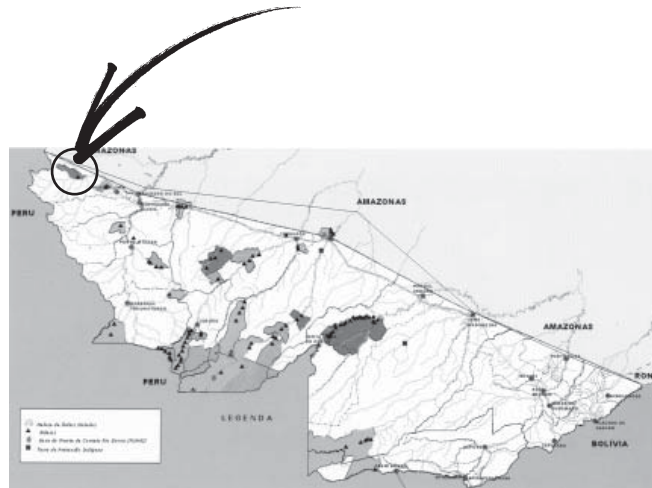
Atualmente os Nukini possuem uma população estimada em 425 pessoas, que vivem na Terra Indígena Nukini, criada em 1993, com 31.932 ha. Está localizada na região do Vale do Juruá, na margem esquerda do rio Moa, dentro dos limites territoriais do município de Mâncio Lima, extremo oeste do Acre. Seus limites são, ao norte o Estado do Amazonas, ao sul e a oeste a República do Peru, a leste os municípios de Tarauacá e Jordão. Desde o ano de 1989, passou a ter o Parque da Serra do Divisor como vizinho. Quanto à situação fundiária da terra indígena Nukini, esta consta como registrada. A luta atual dos Nukini é pelo aumento do tamanho de sua área.

Pertencente à família lingüística Pano, hoje apenas seis pessoas Nukini falam a língua tradicional.

O idioma usual é o português. O artesanato não se apresenta como uma alternativa econômica, pois é pouco praticado, na medida em que vêm sendo esquecidos os costumes tradicionais, o costume de repassar as técnicas artesanais das gerações mais velhas para as mais jovens.

Socialmente os Nukini possuíam uma organização semelhante a dos demais povos indígenas, centralizada na figura do cacique ou como na denominação atual, a liderança, e o pajé. Tal como os demais povos indígenas da região, o processo violento de dominação e submissão a que foram submetidos acarretou na desagregação da sua tradicional organização social e política. Uma das mudanças mais visíveis foi o desaparecimento dos pajés homens entre os Nukini. Hoje, há apenas uma mulher que possui conhecimentos sobre

Nukini



plantas medicinais e realiza partos, segundo declarou Paulo César Nukini em entrevista concedida durante o II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, realizado em abril de 2001: “Bom, nós temos lá um pajé que é uma mulher. Que é uma tradição ser um homem, mas nós temos uma mulher e ela trabalha muito bem, com muitos remédios da própria aldeia, naturais. O nome dela é Maria de Oliveira Nukini. Ela, além de ser uma curandeira, é uma parteira”.

Os Nukini passam por um processo que se pode chamar de “reconversão social”, em outras palavras, significa que pessoas de um determinado grupo social – indígena, por exemplo – gradativamente abandonam eles que os identificavam como grupo étnico culturalmente distinto. A língua própria constitui no elo principal, que garante a identidade de um povo. Elemento fundamental na cultura de qualquer povo, especialmente quando se trata de povos de tradição oral. Neste aspecto o povo Nukini sofre o maior impacto enquanto grupo étnico, a língua Nukini é muito pouco falada. Isso não ocorreu por acaso, e nem pode servir para desmerecer ou desqualificar os Nukini. Esse fenômeno social é consequência dos métodos violentos a que os povos indígenas foram submetidos para se “integrarem” aos modos da sociedade dominante, a não-indígena; foram forçados a abdi-

car de seus costumes, suas tradições, seus modos próprios de vida e até mesmo de sua língua.

Economicamente, os Nukini sobrevivem da agricultura de subsistência, criam alguns animais (bois, porcos, galinhas) e alguns poucos vendem, por vezes, produtos nas cidades de Mâncio Lima ou Cruzeiro do Sul. Quanto ao uso da terra, ocorre uma situação similar a de outros povos indígenas, a terra é de uso coletivo, quanto os roçados, cada família faz o seu, sob a liderança de um homem.

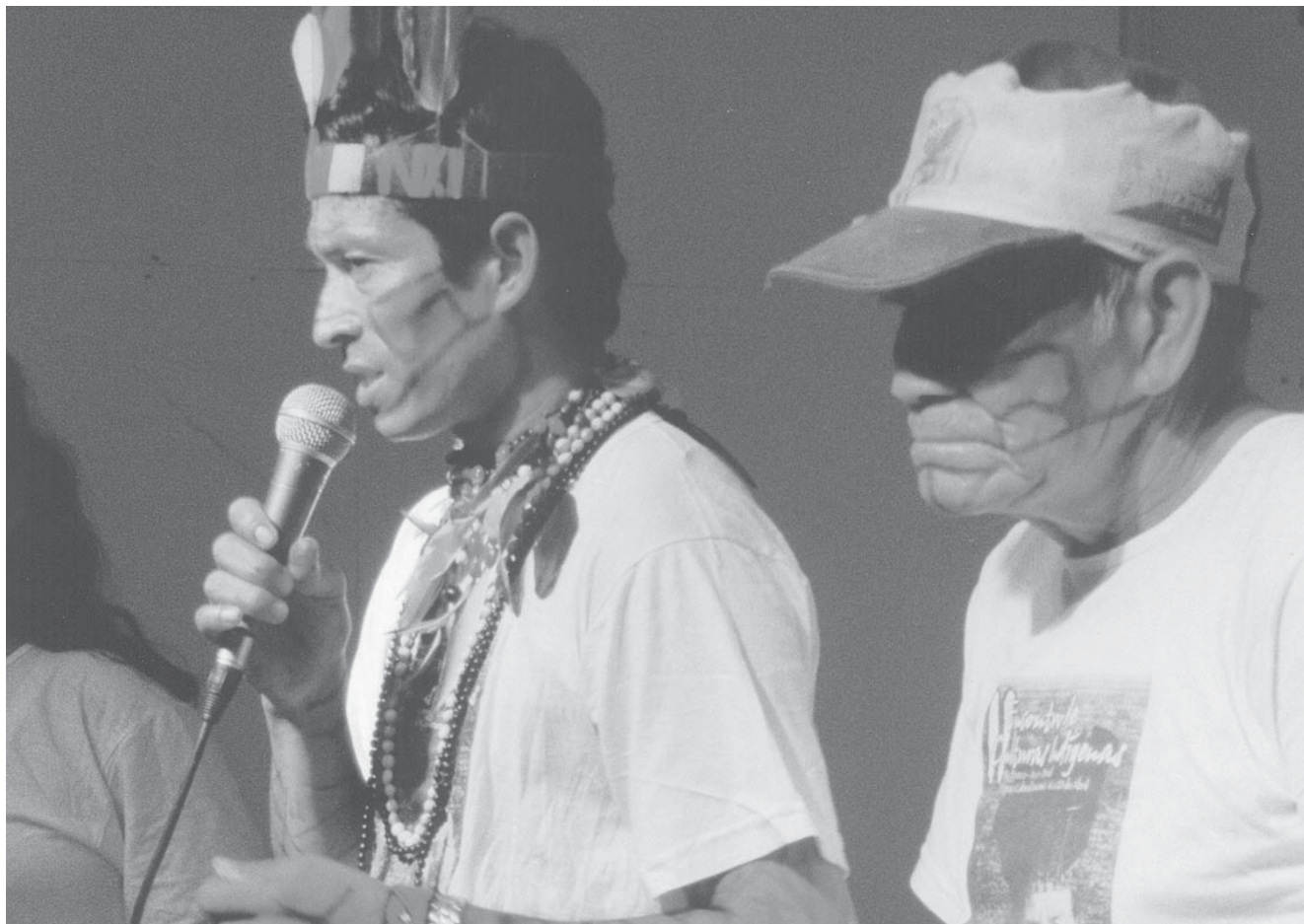
O território do povo Nukini está no centro de disputas e interesses entre madeireiros, pecuaristas e até mesmo traficantes, ou seja, a terra indígena dos Nukini está sendo invadida, sendo alvo de derrubada indiscriminada da floresta enquanto que a população da região é explorada e apropriada. Na perspectiva de garantir a integridade dos limites e dos recursos naturais dessa terra indígena destaca-se o papel da AIN (Associação Indígena Nukini) que desenvolve em parceria com instituições de apoio, trabalhos de conscientização da comunidade sobre questões acerca do desenvolvimento sustentável nessa área indígena, com vistas ao fortalecimento do povo, para garantir os direitos que lhes são próprios e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e revitalização cultural. Os principais parceiros do povo Nukini vêm sendo

o CIMI (Conselho Missionário Indigenista), FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a Organização Não Governamental S.O.S. Amazônia, instituições cujo trabalho de apoio visa garantir a integridade do povo e seu território, cooperando na construção de uma proposta de gestão ambiental para Terra Indígena Nukini.

Há ainda outras ações, como a de responsabilidade Governo do Estado, na oferta de educação escolar indígena, atendendo ao direito ao acesso a escolarização que respeite e valorize a cultura Nukini. No âmbito das parcerias há, também, um projeto que vem sendo desenvolvido pela professora Dr^a Celi Aguiar, da Universidade Federal de Goiás, que desde a década de 1980 trabalha na revitalização da língua tradicional dos Nukini.

Para os guardiões da floresta – os seringueiros, os ribeirinhos e os indígenas –, a terra significa mais do que um bem material. A terra representa um elo, a ligação com a tradição e a cultura de seus antepassados. Ela significa o sentido de um tempo presente e a esperança num tempo futuro.

ESTEVES, Maria Benedita G. *Do manso ao guardião da floresta*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro RJ: Universidade Federal Rural Fluminense, 1999.
BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. São Paulo: Editora Difel, 1989.
IGLESIAS, M. P. *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre*. Maio 2001.
FUNAI/Relatórios.



Representantes Apolima-Arara presentes no II Encontro de Culturas Indígenas, em Rio Branco-AC

Luta pela garantia de seus direitos

Lindomar Padilha

Com uma população de 135 pessoas morando nas localidades Pedreira, Assembléia e Jacamim, além de outras pessoas espalhadas pela região, esse povo luta pelo reconhecimento étnico e pela conquista de sua terra.

O nome Apolima-Arara tem origem na mistura étnica a que esse povo foi submetido ao longo da história. Formado por indígenas das etnias Chama, Amoaka, Santa Rosa, Arara e Jaminawa, além da miscigenação, o nome faz referência a uma localidade

no Peru onde teriam morado algumas dessas pessoas, entre elas o Sr. Thaumaturgo de Azevedo, um dos mais idosos do povo e a pessoa com quem o CIMI manteve os primeiros contatos em 1999, quando os Apolima-Arara resolveram se mostrar à sociedade não-indígena e reivindicar os seus direitos.

Basicamente todos falam a língua materna, além do português, e há casos em que se fala o espanhol e também o Ashaninka. Predomina, no entanto, a língua

Pano, falada principalmente pelos Arara e Jaminawa que fazem parte da composição étnica do povo.

Em agosto de 2000 a FUNAI divulgou o relatório de identificação do povo confirmando o seu reconhecimento como sendo indígena e indicando que, por esta razão, precisariam ser assistidos pelo órgão indigenista oficial. A partir daí se intensificou a luta pelos seus direitos, principalmente o direito a terra.

Os Apolima-Arara não possuem escola diferenciada nem professo-

Apolima-Arara



res indígenas. No entanto, há, no rio Amônia, próximo à área onde mora boa parte da população, uma escola cuja professora mantém boas relações com a comunidade. Não possuem agentes de saúde indígenas e a assistência à saúde é feita no posto da cidade de Marechal Thaumaturgo ou, esporadicamente, pela FUNASA, através de convênio com a UNI.

Residem em áreas de terras pertencentes ao Exército brasileiro, à reserva extrativista e em um assentamento do INCRA. Alguns desses indígenas conquistaram lotes no assentamento Amônia e ali praticam a agricultura de subsistência. Apesar da proximidade com a cidade, mantêm vivas as tradições, inclusive o artesanato. Quando tem excedente de produção, a comercialização é feita diretamente com os consumidores em Marechal Thaumaturgo. Não há nenhum projeto implantado ou em fase de implantação junto a esse povo. Alguns moradores do assentamento conseguiram financiamento com o BASA, mas nada que possa ser considerado como um investimento direto e planejado.

Posto que estão em áreas se-

paradas, próximas à cidade e sob influência de não-índios, os Apolima-Arara estão praticamente impossibilitados de caçar. A pesca só é realizada durante o verão e apenas para o consumo. A base da alimentação desse povo é a macaxeira, natural ou em forma de farinha. Também da macaxeira fazem a caçuma, bebida muito apreciada por todos e consumida durante as festas e reuniões.

Consideram-se católicos, mas praticam a pajelança e rituais próprios. Há uma separação entre o pajé e o curandeiro. O curandeiro normalmente utiliza o conhecimento das ervas e rezas “milagrosas” enquanto o pajé, que se mantém em segredo, atua no restrito meio espiritual, não realizando curas, mas orientando para uma boa vida espiritual, aconselhando e fazendo previsões.

A família é patrilinear, obedecendo ao costume dos ribeirinhos e seringueiros da região. Tradicionalmente praticavam a poligamia, mas atualmente os casamentos são monogâmicos e o núcleo familiar é formado pelo pai, a mãe e os filhos. A relação com a comunidade é extrafamiliar, por isso o roçado,

bem como toda a produção, embora tenha a participação eventual da comunidade, se dá no restrito meio da família nuclear. Os nomes pessoais são dados pelos pais, quase sempre em português, e lembram nomes de antigos seringalistas e patrões. Não é raro encontrar várias pessoas com o mesmo nome e sobrenome.

Os Apolima-Arara têm tido constantes conflitos com parceiros do INCRA e com a administração municipal, que não querem que a área reivindicada se torne terra indígena. Segundo dados do INCRA, o Projeto de Assentamento Amônia possui 26.000 ha, sendo que boa parte não está cumprindo a função de regularização fundiária, mas destinada ao Parque Nacional da Serra do Divisor. A outra parte, pertencente ao Exército brasileiro, está destinada à construção de um “quartel” para pelotão de fronteira. No entanto, não há nenhum pronunciamento oficial do Exército a esse respeito e nem indícios de que tal quartel venha a ser construído.

Estudos mais aprofundados sobre esse povo têm sido feitos pelo CIMI e, acredita-se que, com a conquista da terra, o povo volta-



Área de índios arredios na região do Envira

Uma história de conflitos

Maria Rodrigues da Silva

A história dos povos indígenas no Acre a partir da chegada dos não-índios é marcada por um tempo desfavorável. Os não-índios, visando a exploração capitalista das riquezas dessas terras forçaram os indígenas a colaborar no processo de extração da goma elástica durante o período áureo da borracha. Os contatos se deram muitas vezes de forma conflituosa, caracterizando as conhecidas “correrias”. Mesmo quando não se utilizou a violência física, evidenciou-se a violência da expolição dos modos de vida tradicionais das populações nativas dessa região da Amazônia brasileira, o que não diferiu muito do tratamento dado aos nativos das demais regiões do Brasil como um todo. O resultado dessa

história de contatos é que grupos inteiros foram eliminados e muitos outros foram “amansados”, sendo adaptados a um novo modo de vida e tendo que esquecer os seus costumes e crenças.

Entretanto, alguns povos indígenas do Acre resistiram a todo e qualquer tipo de contato, mantendo-se “arredios”, “brabos”, “isolados” na densa floresta acreana. Atualmente há toda uma discussão envolvendo sertanistas, indigenistas, antropólogos e instituições que trabalham com a questão, como é o caso da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, no sentido de preservar o direito desses povos de manterem-se isolados e de usarem os recursos naturais da terra em que

habitam conforme seus costumes. É um pouco do que se sabe acerca desses povos ainda não contactados que pretende enfatizar este artigo.

Em se tratando de isolados, o Estado do Acre é um dos poucos do território brasileiro que conta com uma população de índios não contactados. Os isolados ou os “brabos”, como são conhecidos regionalmente, estão situados às margens do rio Envira, sendo encontrados também vestígios de sua moradia nos rios Tarauacá, Jordão e Humaitá. Supõe-se atualmente a existência de um número bem maior do que se supunha até então, uma população estimada em 200 índios.

A fronteira do Brasil com o Peru é o *habitat* ideal para índios isolados,

isolados



sendo que os mesmos não reconhecem essa fronteira e transitam livremente do Brasil para o Peru e vice-versa. Pela localização, acredita-se que se comuniquem numa língua originária do tronco lingüístico Pano. As águas do Envira constituem no local de caça e pesca dos índios isolados. Os “malocões” são as casas em que vivem as famílias e nelas não há vestígio de conforto urbano. Entretanto, não podemos deixar de destacar que em conflitos dos isolados com a população indígena aculturada e com os não-índios, aqueles costumam levar todos os instrumentos de trabalho e as mercadorias que puderem. Na verdade, os “brabos” promovem verdadeiros saques, levando terçados, espingardas, munição, lamparinas, roupas e inclusive o que estiver cultivado nos roçados.

Esse é um ponto a ser destacado dessa população indígena do Acre, ou seja, os conflitos envolvendo os isolados, tanto com não-índios, quanto com os índios aculturados. Os seringueiros da região do Envira, impulsionados pela falta de carne e peixe nos seringais, causada por muitos anos de caça e pesca comerciais, procuram as águas desse rio, exatamente nos locais de caça e pesca dos índios isolados. Episódios como esse geram conflitos e mortes de ambos os lados. Essa situação de tensão poderá transformá-los em alvo de ataques de seringueiros que

ameaçam se unir para promoverem uma chacina contra aqueles que os atacam constantemente. Por outro lado, muitas famílias de seringueiros abandonaram suas colocações a fim de evitarem novos conflitos com os “brabos”.

A partir do início da década de 1960, deu início à pilhagem dos grupos isolados nas aldeias Kampa e Kaxinawá da região que os “brabos” ocupam, o que acabou por gerar violentos enfrentamentos interétnicos, que são sentidos até os dias atuais. A frequência desses acontecimentos, principalmente envolvendo a população Kaxinawá e os “brabos”, levou a FUNAI a criar, na década de 1980, a Frente de Contato Envira (FCE), que passou a atuar a fim de evitar o contato com os “brabos” em suas áreas de ocupação, nas cabeceiras dos rios Envira e Jordão.

Segundo Terri Aquino e Marcelo Iglesias, é necessário urgência no processo de regularização da terra indígena Alto Tarauacá no que tange à indenização das benfeitorias das famílias de seringueiros acreanos, que ainda resistem em seringais nessa terra indígena. A região do Alto Tarauacá é considerada área de ocupação desses povos indígenas que resistem ao contato e que precisam ter o seu direito à terra garantidos. Essa medida assegura aos índios isolados a utilização exclusiva da terra e contribui para o afastamento dos conflitos ali existentes.

AQUINO, T. V.; IGLESIAS, M. *Terras e populações indígenas do Acre*. In: *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre* (versão preliminar). Governo da Floresta, outubro de 1999. p.39-52.

JÚNIOR, W. C.. Relatório de viagem: “Áreas de ocupação indígena ainda não regularizadas no Acre e sul dos Amazonas”. Novembro de 2001. p. 36-38.

Revista Época. *A imagem do isolamento*. Edição 136, 25.12.2000.

Foto: Oly Duarte



Rio Envira



Escola de educação indígena

Os índios do Acre e o direito à educação diferenciada

Manoel Estébio Cavalcante da Cunha

Até 1989, data da promulgação da Constituição que ora vigora em nosso país, o pensamento dos governantes, e de grande parte da sociedade brasileira em relação à questão indígena era o da integração dos remanescentes das populações autóctones à sociedade nacional não indígena.

Esse pensamento, da parte das autoridades brasileiras em condições de mando, traduzia-se, sobretudo a partir da década de 70, sobrevivendo até meados dos anos 80, em práticas de terrorismo que levaram a destruição física e a pilhagem material e cultural de muitos povos indígenas.

Neste contexto a educação exercia um papel fundamental na transformação dos índios em não índios. A escola tinha a função de “desindigenizar” os índios. Fazia parte dessa estratégia oferecer um ensino formal descontextualizado, na maioria dos

casos ministrado por professores não índios que disseminavam o preconceito e a baixa estima entre esses povos, apresentado seu modo de vida e sua cultura como modelos arcaicos, e sem condições de se compatibilizar com o momento histórico atual.

Mas a toda ação corresponde uma reação, já diz uma máxima da física. Assim sendo, reagindo às pressões que o poder público e os detentores de interesses nas riquezas materiais, como minérios, caça, madeiras . . . que se encontram nas terras historicamente habitadas pelos índios, formou-se um forte movimento de resistência a esse estado de verdadeira beligerância, capitaneado por índios, com o apoio de grupos importantes da sociedade não indígena, através de ongs e personalidades individuais que foi gestando um novo modo de ver e encarar a questão indígena.

Aqui em nosso Estado este movimento foi muito significativo.

Até meados da década de 70 as autoridades constituídas e os grupos econômicos com poder de mando, não consideravam que no Acre houvesse população indígena e, no entanto, apesar de toda a pressão e violência exercida contra esses povos, 13 etnias, que habitam 12 municípios, conseguiram sobreviver, a maioria conservando, quase intactas, a língua, provenientes de 3 famílias lingüísticas, e a cultura. Conforme pode-se constatar no quadro abaixo.

- 1) Família Pano: Jaminawá, Jaminawa-Arara, Katukina, Kaxinawá, Poyanawa, Yawanawá, Nawa, Shawādawa, Nukini, Shanenawa
- 2) Família Aruák: Ashaninka/Kampa, Manchineri
- 3) Família Arawá: Madija/Kulina

Vale dizer que o indigenismo acreano foi pioneiro na formulação

de uma política de educação indígena diferenciada. Através da assessoria técnica da ong Comissão Pró Índio do Acre - CPI criou-se um programa denominado Uma Experiência de Autoria, que é base e modelo para todo o Brasil, e quase todo o Brasil tem população indígena, a exceção são os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Mas, não obstante esse pioneirismo, a Educação Escolar indígena no Acre não tinha, da parte do poder público, o tratamento que lhe era devido. Não havia na estrutura da Secretaria de Estado de Educação um Setor ou Coordenação para tratar exclusivamente dessa categoria, havia o Núcleo de Educação Indígena - NEI, mas este não tinha equipe técnica constituída com a missão de suprir as demandas reais da educação escolar indígena, apesar do esforço dos titulares que passaram pela co-

ordenação do NEI. Assim, não havia condições de implementar no Acre uma política pública que assegurasse aos nossos povos indígenas uma educação diferenciada intercultural e bilíngüe, como vem sendo prescrito na legislação desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB.

ordenação do NEI. Assim, não havia condições de implementar no Acre uma política pública que assegurasse aos nossos povos indígenas uma educação diferenciada intercultural e bilíngüe, como vem sendo prescrito na legislação desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB.

Os professores indígenas que devem ter uma formação diferenciada, que devem passar por concurso diferenciado e formar uma categoria especial de magistério, não gozavam de nada disso, a não ser uma exceção, para comprovar a regra, fora feito um concurso mas o mérito dele deve ser creditado ao movimento indigenista que habilitou e negociou com a Secretaria de Educação esse concurso.

Na falta de um Setor ou Coordenação para atender a Educação Escolar Indígena, esta era atendida por meio da Coordenação de Ensino Rural, sendo que este atendimento

consistia basicamente em viabilizar os contratos provisórios dos professores, haja vista que eles, salvo os que foram habilitados pela CPI, não têm formação para o magistério, na entrega de alguns parcos materiais e merenda e, em alguns casos, na construção e manutenção de algumas escolas indígenas, sendo que a maioria encontravam-se em lastimáveis condições físicas e funcionando muito precária e inadequadamente.

Era este o estado em que se encontrava a Educação Escolar Indígena até 1999.

A atual gestão da SEE criou a Coordenação de Educação Escolar Indígena com um corpo técnico interdisciplinar constituída por quatro profissionais da área de magistério com formação de terceiro grau, sendo que nos municípios onde há população indígena estão sendo capacitados outros técnicos para acompanhar especificamente as demandas de educação escolar indígena.

Esta equipe é responsável por um programa de capacitação em serviço dos professores indígenas, tanto as da rede estadual quanto os da municipal, que hoje atende oitenta e cinco docentes oferecendo uma formação específica para o magistério indígena diferenciado intercultural e bilíngüe a professores que estão no curso de formação inicial.

Este programa consiste em cursos modulares anuais de 308 h/a presenciais mais 240 h/a à distância, quando os técnicos da coordenação acompanhados dos técnicos municipais visitam e ministram aulas nas aldeias. Quase 100% das escolas foram visitadas pela equipe de Edu-

cação Escolar Indígena da SEE.

Neste ano de 2002 a SEE pretende atingir 100% da demanda de formação dos professores indígenas, organizando nova turma de formação inicial, e uma para professores que têm escolaridade em nível médio mas que não é em magistério indígena, oferecendo um curso de complementação em magistério indígena.

Outro atendimento que foi feito na atual gestão foram as construções de escolas indígenas. Até 2001 foram construída 23, sendo que parte delas têm energia solar instalada através de projeto da SEE junto à secretaria de planejamento.

Para este ano de 2002 já está planejada a construção de mais 29 escolas, sendo que os recursos estão assegurados através de projetos com o FUNESCOLA e o BNDES. Além do mais a Coordenação de Educação Escolar Indígena está envidando esforços para que seja assegurado a aquisição de livros para formar bibliotecas nas escolas indígenas, além de equipamentos, mobiliário e materiais de cantina.

No item formação em magistério indígena, para o ano de 2002, está previsto o atendimento com a formação em terceiro grau, para os professores que têm escolaridade equivalente ao ensino médio. Eles cursarão esse segmento junto com os professores não indígenas, sendo que os técnicos da Educação Escolar Indígena estão organizando um curso de especialização em magistério indígena para assegurar-lhes o exercício, dentro da lei, do magistério diferenciado.

ireito à

Foto: Arquivo SEC



Escola indígena



Foto: Fernando Figali

Passeata da resistência indígena em Rio Branco-AC, abril de 2001

III Encontro de Arte e Cultura do Acre e sul do Amazonas

Antonio Pereira Neto*

Rio Branco, a capital acreana, é uma cidade ainda buscando seu desenho urbano e seu destino social. É uma cidade multiétnica, em permanente gestação, querendo alinhar seus tecidos, para encontrar sua forma. Aqui vive, pelega, estuda, sofre, sorri, ama, reza, brinca e se manifesta gente de todo o Brasil (de outros cantos do mundo, também) e principalmente, gente herdeira dos pioneiros nordestinos que conquistaram este pedaço da Amazônia e da mistura gerada entre aqueles e os habitantes nativos que eles já encontraram por aqui. A maior parte da gente miscigenada daqui veio do interior de nossas florestas, dos barrancos dos altos rios, dos decadentes barracões dos seringais, dos nossos municípios mais longínquos.

Pois Rio Branco, na sua condição de cidade multiétnica e democrática, abriga hoje uma população indígena substancial

e interessante. Aqui habitam índios, que não mais escondem sua identidade, das etnias Apurinã, Kaxarari, Jaminawa, Manchinery, Yawanawa, Shanena-wa e Kaxinawa. Os índios que vivem em nossa capital, como qualquer cidadão, trabalham, estudam, se divertem, sofrem e progridem, contribuindo, e tão, de maneira decisiva para a formação do caldo cultural especial que viceja por aqui. Como esses índios urbanos estão embebidos em nossa pequena metrópole, misturados que estão em nossas ruas e bairros, o cidadão acreano comum, que não presta atenção nas nuances sociológicas que compõem a nossa cidade e que ainda cultivam o preconceito étnico, só enxerga a parte mais polêmica e menos charmosa da presença indígena em Rio Branco: algumas mulheres Jaminawa e seus filhos mendigando nas ruas do centro da cidade. Mas,

se quisessem prestar mais atenção, poderiam enxergar por aqui índios dirigindo organizações, índios fazendo política, índios comerciantes, índios estudando em colégios, índios estagiando em órgãos públicos, índios dirigindo carros, índios profissionais em serviços administrativos e na área de saúde, índios trabalhando como pedreiros e ajudantes, índios dando segurança a propriedades de outros, índios vendendo sorvete e vale-transporte, índios realizando pesquisas sociológicas, enfim, misturando-se à população urbana e construindo assim, junto com outras etnias, uma Rio Branco rica pela sua diversidade e comum a todos.

Rio Branco ainda abriga, durante muitos dias do ano, índios vindos de todos os cantos do Estado e de estados vizinhos, realizando treinamentos na área de saúde; índios se preparando na área de educação,

índios se profissionalizando em técnicas agrícolas, índios realizando encontros políticos. Por conta dessas ocorrências costumeiras e tradicionais, Rio Branco é, para os índios de nossa região, uma referência importante, um centro de referência e de aprimoramento técnico e político, fundamental para o desenvolvimento deles.

Porém, como a população não-índígena de Rio Branco ainda não consegue enxergar a enorme e fundamental presença indígena nesta cidade, assim não vislumbrando que a presença indígena por aqui ultrapassa os limites dos textos normalmente equivocados dos livros didáticos - que apresentam à nossa sociedade índios fictícios, parecendo seres de outros planetas - as próprias organizações indígenas de nossa terra decidiram realizar, anualmente, em nossa

que conseguiram chegar intactas cultural e demograficamente até os nossos dias, apesar dos violentos impactos que sofreram em passado não tão distante.

Nesse III Encontro de Arte e Cultura Indígena, haverá um componente especial a ser demonstrado: ainda existem muitas pendências fundiárias indígenas a serem resolvidas em nossa região e tais pendências necessitam ser resolvidas, para que haja paz social e os direitos indígenas possam ser preservados na prática, em vez de ser uma mera ficção retórica. Tais situações fundiárias indígenas ainda por serem resolvidas, as quais vêm enfrentando resistências de toda ordem, ainda ocorrem nos municípios de Porto Valter (Arara), Marechal Thau-maturgo (Apolima), Mâncio Lima (Naua), Feijó (Kaxinawá),

com a história, a cultura e com a vida dessa região e, mesmo assim, ainda continuam encontrando resistências obtusas ao pleno exercício de seus direitos de cidadãos especiais que são. O evento, então, terá o condão de buscar aliados à continuidade da luta dos índios de nossa terra para que possam viver em paz, em uma terra que deveria ser sem males, mas que ainda carrega preconceitos e ressentimentos sem fundamento contra eles.

O III Encontro de Arte e Cultura Indígena do Acre e sul do Amazonas, é, pois, uma oportunidade que todos teremos de rever nossos conceitos ultrapassados, de esquecer nossas resistências descabidas e de conhecer um pouco mais os índios da nossa região, para enfim, tornarmos o Acre, um lugar de convivência sadia e construtiva entre povos diversos. A luta incessante dos índios pelo reconhecimento de seus direitos, é um exemplo de firmeza de propósitos e de consciência política. Uma sociedade que não conhece suas próprias peculiaridades e não aprende a conviver com elas para se melhorar, carrega em si mesma a causa de sua inferioridade. Os povos indígenas da nossa região, querem então serem vistos como são: elementos fundamentais na construção da vida e da história acreana atual e do futuro.

cultura Indígena nas

cidade, um evento de cunho cultural e político, onde são mostradas as diversidades que existem entre si, onde se apresentam para demonstrarem a todos os demais cidadãos suas riquezas, suas especificidades e como contribuem para formar uma sociedade acreana complexa e diferente, na qual desempenham importantes papéis na economia, na vida política e na vida cultural. Rio Branco, por ser a cidade onde os acontecimentos sempre repercutem com mais intensidade, é escolhida por eles para tal evento. Por conta disso, no mês de abril, mais uma vez, Rio Branco sediará o III Encontro de Arte e Cultura Indígena do Acre e sul do Amazonas. A repetição desse evento sempre no mês de abril, aproveitando-se a oportunidade do dia 19 de abril ser o Dia do Índio, tem uma finalidade muito prática: trazer para Rio Branco representantes de todas as etnias indígenas de todo o Acre,

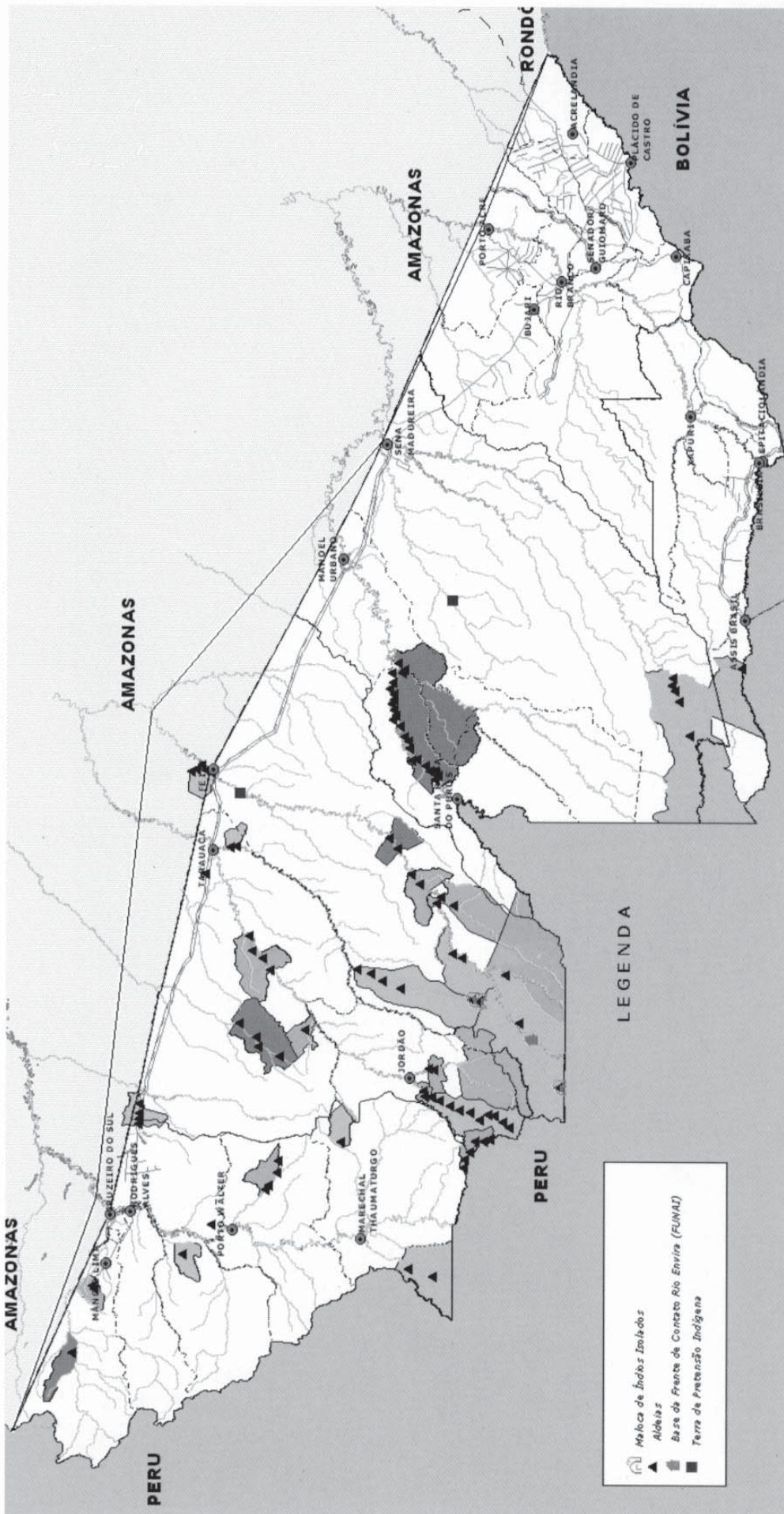
Sena Madureira (Jaminawa), Assis Brasil (Manchinery), Boca do Acre (Jaminawa, Jamamadi e Apurinã).

Os índios de nossa região irão demonstrar à sociedade acreana que eles continuam vivos, mantêm suas especificidades culturais e sociais, contribuem sensivelmente

■
*Administrador Regional da FUNAI-AC



Jorge Viana, governador do Acre, cumprimenta participantes do II Encontro de Culturas Indígenas, em Rio Branco





Fundação Elias Mansour

